



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 1 de 77)

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<b>PREGÃO ELETRÔNICO:</b> <b>PE-241/2026</b> <b>UASG: 456793</b> <b>COMPRAS GOV Nº 90241</b> <b>GMS Nº 241</b> <b>TIPO: MENOR PREÇO</b>	<b>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:</b> <b>Até 09 h 00 min do dia 19/05/2026</b> <b>Início da sessão / disputa de lances:</b> <b>09 h 10 min do dia 19/05/2026</b> <b>Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.</b>
--	--

**1 OBJETO:**

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual prestação de serviço de Locação de Equipamento Automatizado para realização de testes sorológicos por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência e Testes para detecção de Anticorpos e Antígenos para Doenças Infecciosas para atender a demanda da SESA-FUNSAUDE e UEM.

**2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:**

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ 2.891.529,88 (dois milhões, oitocentos e noventa e um mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e oito centavos).

**4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, [www.comprasparana.pr.gov.br/compras](http://www.comprasparana.pr.gov.br/compras)

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Leandro Pereira e equipe de apoio Karin Stopinski designado pela Resolução/Portaria n.º 1275/2025, servidores(as) do(a) CPL/SESA.

**E-mail:** [leandro-pereira@sesa.pr.gov.br](mailto:leandro-pereira@sesa.pr.gov.br)

**Telefone:** (41) 3330-4307

**Endereço:** Avenida Prefeito Lothario Meissner, 350 – CEP 80.210-170, Curitiba / Paraná

O atendimento será feito no horário das 08h30min às 12 h e das 13h30min às 18 h.

**5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:**

**5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <http://www.administracao.pr.gov.br/compras> pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



## 5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

## 5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

## 6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

**6.1** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

**6.2** A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações

**6.3** É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.



### **CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

#### **1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO**

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

#### **2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

**2.1.** Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é valor global do lote, fixado no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

**2.1.1.** Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados”.

**2.2.** O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO.

**2.3.** Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.

#### **3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:**

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

#### **4 VIGÊNCIA:**

**4.1** O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses com prorrogação limitada a 60 (sessenta) meses.

#### **5. CONSÓRCIO:**

Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e do Decreto n.º 10.086, de 2022 e aquelas estabelecidas neste edital, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

**5.1** As empresas consorciadas deverão ter objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

**5.2** O arrematante entregará, junto com os documentos de habilitação:

a) o compromisso público ou particular registrado em cartório de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

**5.3** Os Documentos de Habilitação (Anexo II) deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.

**5.4** A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outro licitante.

**5.5** Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

**5.6** A empresa líder será a representante do consórcio perante a Contratante e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

**5.7** Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

**5.8** O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.

**5.9** Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 4 de 77)

**5.10** Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso.”

**6 ANEXOS:**

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de habilitação;
- Anexo III – Modelo de descritivo da proposta de preços;
- Anexo IV – Modelo de procuração;
- Anexo V – Modelo de declaração;
- Anexo VI – Locais de prestação de serviços;
- Anexo VII – Minuta da ata de registro de preços;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato;
- Anexo IX – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo X – Declaração LGPD.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



## **CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO**

### **1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pr-br>.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio dos telefones **0800.978.9001** para Capitais e Regiões Metropolitanas e **0800.978.9001** para demais localidades (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br> implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO**

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.



### **3 PROPOSTA INICIAL**

**3.1** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

**3.1.1** o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

**3.1.2** a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006

**3.2** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

**3.2.1** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

**3.3** Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

**3.3.1** Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

**3.4.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**3.5** O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1** Valor global do lote;

**4.1.2** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.

**4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

**4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente prestação dos serviços.

**4.3.1** o contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

**4.3.2** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**4.4.** A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

**4.4.1.** cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

**4.4.2.** cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

**4.5** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.6** O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.





**4.7.** Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

**4.8.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.9.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.10** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**5.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

**5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

**5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,10 (dez centavos).

**5.9** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.10** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.11** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.12** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**5.13** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**5.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante. **5.16** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer



acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.18** critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

**5.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**5.21** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.22** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.23** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.24** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.25** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.26** Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.27** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**5.28** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**5.28.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.28.2** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.28.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

**5.29** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022

**6.2** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s) ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**6.2.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.2.2.** A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.





**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 9 de 77)

**6.2.3.** A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

**6.2.4.** A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

**6.2.5** Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.2.5.1** Caso se adote o critério do maior desconto, com permissão de lances negativos, não é considerada inexequível a proposta que apresente lances inferiores a zero (Inciso LVI do art. 2.º do Decreto n.º 10.086/2022).

**6.3** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.4.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.4.1** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

**6.5** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados.

**6.6.** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação às parcelas de serviços envolvidas na contratação;

**6.7** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

**6.7.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.7.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.8** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.9** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**6.10** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**6.11** O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 Horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.11.1** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.11.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

**6.12** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.13** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.14** O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**6.14.1** Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**6.14.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.15** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**6.15** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

**7.2** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Sistema de Cadastramento de Fornecedores da União (SICAF) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.3.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

**7.2** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.4** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**7.5** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.6** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

**7.7** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.8** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

## **8. DESCRITIVO DA PROPOSTA**

**8.1** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

**8.1.1** A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos.

**8.1.2** As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3 do Edital)

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

**8.1.2.1.** Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3 do Edital, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

**8.1.3.** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

**8.1.4.** Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

**8.2** Nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

## **9. OS RECURSOS**

**9.1** Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

**9.1.1** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.1.2** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.2** A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**9.3** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

**9.4** Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>.

**9.5** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

**10.2** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

## **11 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1** Homologada a licitação pela autoridade competente, o(a) CGOV/SESA convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 3 (três) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**11.1.1** O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.

**11.2** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**11.2.1** dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação;

**11.2.2** dos licitantes que mantiverem suas propostas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação;

**11.2.3** O registro a que se refere o item 11.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso



de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**11.2.4** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata o 11.2.1 antecederão aqueles de que trata o item 11.2.2 desse dispositivo.

**11.2.4** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem os itens 11.2 e 11.2.3 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**11.2.4.1** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

**11.2.4.2** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**11.2.4.3** A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes do cadastro de reserva a que se refere o item 11.2, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.

**11.2.4.4** A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

**11.2.4.5** Na hipótese de nenhum dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 11.2 assinarem a ata de registro de preços, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**11.2.4.6** Os licitantes que compõem o cadastro de reserva, a que se refere o item 11.2, deverão assinar o anexo e, quando convocados para assumir a ata, apresentar proposta detalhada de preços, documentos de habilitação e, se for o caso, amostras, no mesmo prazo estabelecido no edital da licitação.

**11.2.5** A desistência dos licitantes que integram o cadastro de reserva, durante a vigência da ata, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

**11.2.6** O órgão gerenciador deverá, ainda, solicitar manifestação de interesse quanto à manutenção da participação no cadastro de reserva, por ocasião da prorrogação da ata.

**11.2.7** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**11.2.8** É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

**11.2.9** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado pelo órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Portal de Compras do Estado do Paraná e no Sistema de Gestão de Materiais e Serviços – GMS, durante a vigência da ata de registro de preços.

**11.2.10** A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.

**11.3** A ata de registro de preços terá vigência de um ano, passível de prorrogação por igual período.

**11.3.2** O prazo de vigência inicial conta-se a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas.

**11.3.3** Na prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços pode haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

**11.3.4** A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem.

**11.3.5** O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:

**11.3.5.1** admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;

**11.3.5.2** a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;

**11.3.5.3** a prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;

**11.3.5.4** - havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.

**11.3.6** O ato de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

**11.3.6.1** comprovação que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos;

**11.3.6.2** indicação expressa do termo inicial e final do prazo de prorrogação e do quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.

**11.4** Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso





entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

**11.5** No interesse da Administração, e em conformidade com o art. 314 do Decreto nº 10.086, de 2022, será possível a adesão à Ata de Registro de Preços, **conforme previsto no Anexo VII deste Edital.**

**11.6** Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

**11.7** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

**11.7.1** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

**11.7.2** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA/IBGE, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado 19/02/2026 e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

**11.7.2.1** O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim de cada período de doze meses.

**11.7.2.2** Se o pedido de reajuste não for protocolado no prazo acima, a vigência do reajuste não poderá retroceder além da data do pleito.

## 12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

**12.1** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

**12.1.1** Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.2** Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**12.3** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466, de 2015.

**12.4** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**12.5** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**12.5.1** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

**12.5.2** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**12.6** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**12.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.





**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 14 de 77)

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \cdot I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**12.8** Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

### **13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**13.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

**13.2.1.** multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**13.2.2.** multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**13.2.3.** multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**13.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**13.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**13.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando mora, nem gera compensação financeira.

**13.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**13.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**13.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**13.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**13.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

### **14 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**14.2** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**14.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**14.4** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 15 de 77)

**14.5** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

**14.6** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

**14.7** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

**14.8** O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

**14.9** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**14.10** O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 30 de abril de 2026.

Dr. César Augusto Neves Luiz (César Neves)  
Secretário de Estado da Saúde  
Secretaria de Estado da Saúde do Paraná



ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual prestação de serviço de Locação de Equipamento Automatizado para realização de testes sorológicos por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência e Testes para detecção de Anticorpos e Antígenos para Doenças Infecciosas para atender a demanda da SESA-FUNSAUDE e UEM.

		Prestação de Serviço				
Lote 1	Descrição do objeto	QTD.	Unid de medida	Valor unitário mensal de 1 (um) equipamento	Valor unitário máximo (Locação de 1 (um) equipamento para 12 meses)	Valor Anual (R\$) (Locação dos 3 equipamentos por 12 meses)
Item 1	Locação de um sistema automatizado para realização de testes sorológicos por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 0608-93929  CATMAT 14206	3	Equipamento	R\$ 13.347,33	R\$ 160.167,96	R\$ 480.503,88
Item 2	Testes para detecção de anticorpos e antígenos para Hepatites Virais A, B e C por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-23437  CATMAT 378146	48.000	Teste	-----	R\$ 22,96	R\$ 1.102.080,00
Item 3	Testes para detecção de antígenos e anticorpos relacionados ao vírus da Imunodeficiência Humana Adquirida (HIV-1 e HIV-2) por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52636  CATMAT 351672	13.000	Teste	-----	R\$ 16,24	R\$ 211.120,00
Item 4	Testes para detecção de anticorpos IgG e IgM antiToxoplasma gondii por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52604	22.000	Teste	-----	R\$ 15,88	R\$ 349.360,00



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 17 de 77)

	CATMAT 378145					
Item 5	Testes para determinação da avidez de anticorpos IgG antiToxoplasma gondii por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência CÓD. GMS 6607-52637 CATMAT 378145	3.500	Teste	----	R\$ 38,99	136.465,00
Item 6	Testes para detecção qualitativa de anticorpos anti-Treponema pallidum por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência CÓD. GMS 6607-52638 CATMAT 357268	4.700	Teste	----	R\$ 10,15	R\$ 47.705,00
Item 7	Testes para detecção de anticorpos anti-Trypanosoma cruzi por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência CÓD. GMS 6607-52639 CATMAT 412570	3.000	Teste	----	R\$ 14,34	R\$ 43.020,00
Item 8	Testes para detecção qualitativa simultânea de anticorpos contra o vírus linfotrópicos da célula T humana tipo I e tipo II (anti-HTLV I/II) CÓD. GMS 6607-52640 CATMAT 381955	2.000	Teste	----	R\$ 21,43	R\$ 42.860,00
Item 9	Testes para detecção de anticorpos VCA/IgM, VCA/IgG e EBNA/IgG contra o Epstein Barr vírus por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência CÓD. GMS 6607-52606 CATMAT 356311	11.200	Teste	----	R\$ 22,68	R\$ 254.016,00
Item 10	Testes para detecção de anticorpos IgM e IgG antiCitomegalovírus por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência	10.000	Teste	----	R\$ 19,66	R\$ 196.600,00

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: maio/2025.



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 18 de 77)						
	CÓD. GMS 6607-52607 CATMAT 389756					
Item 11	Testes para determinação da avidéz de anticorpos IgG antiCitomegalovírus por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência CÓD. GMS 6607-52641 CATMAT 389756	1.000	Teste	----	R\$ 27,80	27.800,00
					Soma dos valores unitários dos itens	Valor máximo Global do Lote (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)
					R\$ 160.378,09	R\$ 2.891.529,88

O valor total do processo é de **R\$ 2.891.529,88 (Dois milhões, oitocentos e noventa e um mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e oito centavos)**.

1.1.2 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.1.3 Os quantitativos e respectivos códigos do item são os discriminados na tabela acima.

1.1.3.1 Os quantitativos previstos no presente edital são para atendimento do período contratual de 12 (doze) meses, considerando as necessidades estimadas de cada órgão participante.

1.1.4 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, sendo que o objeto registrado na Ata resultará em contrato de 12 (doze) meses com prorrogação limitada a 60 (sessenta) meses.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 Descrição do objeto da contratação / especificações técnicas

1.2.1.1 Item 1 – Locação de um sistema automatizado para realização de testes sorológicos por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência, com as seguintes características:-um analisador automático com integração de sistemas para total automação, multiparamétrico com uma única célula de leitura de resultados, com capacidade mínima de 170 testes/hora, de acesso randômico, contínuo e imediato e possuir sistema de realização de amostras emergenciais;

- possibilidade de transmissão de dados diretamente à rede cliente-servidor através de “portserver” e computador para armazenamento de dados em memória física, sem custo adicional, com reposição de peças de consumo, assistência técnica e científica gratuita no local;
- Deverá ser refrigerado, permitindo que os kits permaneçam na máquina, mesmo sem processar rotina;
- Realizar detecção de fibrina, bolhas e volume mínimo de amostras;
- Realizar pipetagem automática de reagentes e amostras;
- Deverá aceitar qualquer diâmetro e tipo de tubo primário;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: maio/2025.





- Capacidade de realizar diluições automáticas das amostras, quando necessário;

O equipamento fornecido deverá executar os exames objetos neste Termo de Referência no método solicitado, estar em perfeito estado de funcionamento, deve ser novo ou ter, no máximo, possuir 5 anos da data de fabricação, deve ser um analisador automático com integração de sistemas para total automação, multiparamétrico com uma única célula de leitura de resultados, com capacidade mínima de 170 testes/hora, de acesso randômico, contínuo e imediato e possuir sistema de realização de amostras emergenciais;

- Deverá ser colocado 01 (um) equipamento no Lacen/PR - Unidade Guatupê na Seção de Imunologia, com possibilidade de transmissão de dados diretamente à rede cliente-servidor através de "portserver" e computador para armazenamento de dados em memória física, sem custo adicional, com reposição de peças de consumo, assistência técnica e científica gratuita no local;

- Deverá ser refrigerado, permitindo que os kits permaneçam na máquina, mesmo sem processar rotina;

- As calibrações e recalibrações deverão ser por lote de reagente (kit utilizado). Sendo necessária recalibração periódica, o intervalo entre as calibrações deverá ser superior a 14 dias;

- Possuir leitor de código de barras para reagentes e amostras;

- Realizar detecção de fibrina, bolhas e volume mínimo de amostras;

- Realizar pipetagem automática de reagentes e amostras,

- Deverá aceitar qualquer diâmetro e tipo de tubo primário e ter como opção a utilização de cubetas com volume de até 0,5 mL, sem que isto interfira na execução do exame, não necessitando transferência da amostra do tubo primário para outro recipiente para análise;

- Capacidade de realizar diluições automáticas das amostras, quando necessário;

- Capacidade de armazenamento interno de resultados de amostras, controles e calibradores de no mínimo 20.000 resultados;

- Possuir software que emita gráficos de controle de qualidade em tela e impressos;

- Possuir sistema de inventário de reagentes e acessórios;

- Deverá entregar nobreak e estabilizador de linha para o equipamento e computador de interfaceamento, compatíveis com as necessidades do equipamento para garantir autonomia de, no mínimo 30 minutos.

#### **- Do Interfaceamento:**

- Deverá ser fornecido software para interfaceamento do equipamento com o sistema de cadastro e liberação de laudos do Lacen/PR como LIS-GAL (Gerenciador de Ambiente Laboratorial), e, no mínimo, 2 leitoras de código de barras que devem ter conexão compatível com o computador ofertado e 1 impressora de códigos de barras, sem custo adicional.

O sistema LIS-GAL (Gerenciador de Ambiente Laboratorial) é um sistema nacional de cadastro e liberação de resultados desenvolvido pelo DataSus para o Ministério da Saúde. A base de dados é em POSTGRE SQL, tendo a necessidade de liberação de porta de dados junto à CELEPAR.

- A instalação do interfaceamento deverá ser efetuada pela empresa vencedora.

- A empresa deverá fornecer o computador servidor de interfaceamento, bem como toda a infra-estrutura necessária;-O equipamento deverá permitir a comunicação bidirecional com o sistema de interfaceamento;

- A empresa deverá fornecer a documentação do protocolo de comunicação do Host com o LIS do equipamento, a instalação e licenciamento do sistema de interfaceamento bidirecional entre o equipamento e o Gerenciador de Ambiente Laboratorial (GAL) utilizado no Lacen/PR.

- Fornecimento da manutenção do interfaceamento do equipamento com o sistema de cadastro e liberação de laudos do Lacen/PR, durante todo o período de vigência do contrato ou até terminarem os estoques de kits;-Os custos envolvidos no processo de interfaceamento entre o equipamento e LIS, assim como a contratação de serviços terceirizados, suporte ao usuário, atualização de softwares ou licenças e manutenção relacionados ao processo de interfaceamento correrão por conta da empresa arrematante.

i) Parâmetros de fornecimento dos equipamentos em comodato/doação/cessão/consignação: Serão exigidos 01 (um) equipamentos na locação, durante a vigência da Ata.

A empresa arrematante deverá entregar o equipamento em até 15 dias após a assinatura do Contrato, sendo que o equipamento e os acessórios necessários deverão ser entregues juntos. A empresa arrematante deverá entregar os insumos em até 15 dias após o pedido.

A empresa arrematante deverá apresentar Manual na língua original e em português, impresso ou em via digital física (CD, pen drive), a ser entregue junto com o equipamento

A empresa arrematante deverá fornecer documento de qualificação de instalação, operação e desempenho do Sistema Automatizado, para atendimento aos requisitos sanitários e legais impostos pelas RDC 978/2025 e RDC 512/2021.

A empresa arrematante deverá ofertar aos técnicos do Lacen/PR o treinamento para uso do Sistema

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal n.º 14.133, de 2021 - Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



Automatizado, o qual deverá ser realizado in loco, em até 15 dias após a instalação do equipamento, com agendamento prévio com os técnicos do Lacen/PR e com fornecimento de Declaração de Capacitação individual, constando conteúdo e carga horária, para atendimento aos requisitos sanitários e legais impostos pelas RDC 978/2025 e RDC 512/2021.

A empresa arrematante deverá fornecer todos os materiais necessários para o treinamento não podendo utilizar a quantidade de kits adquirida por este certame. Para complementação do número de testes solicitados, não serão aceitos materiais quando o lacre estiver violado ou apresentando quantidade diferente da embalagem original, nem quantidade inferior ao número de testes solicitados.

A empresa arrematante será responsável pela manutenção corretiva e preventiva do Sistema Automatizado, durante o período de vigência o contrato. Deverá informar e executar o cronograma de manutenções preventivas e calibrações, incluindo fornecimento de peças e serviços, com fornecimento de certificados de calibração e boletins de atendimento nas manutenções preventivas e/ou corretivas, qualificando e liberando o equipamento para uso, dentro dos padrões do fabricante.

A empresa arrematante deverá atender a chamada para assistência ou manutenção corretiva em até 48 horas. No caso de não conseguir resolver o problema, a empresa deverá instalar ou disponibilizar outro Sistema Automatizado igual e em condições de uso para não acarretar prejuízos ao serviço em, no máximo 15 dias.

**1.2.1.2 Item 2 – Testes para detecção de anticorpos e antígenos para Hepatites Virais A, B e C**

– por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência, que contemplem os seguintes marcadores, sendo:

- Antígeno de superfície da Hepatite “B” (HBsAg) com detecção de mutantes do Hbs;
- Anticorpos de capsídeo da classe anti-IgM (anti-Hbc-IgM);
- Anticorpos de capsídeo da classe Ig-Total (anti-Hbc-Total);
- Antígeno Proteína “e” (HbeAg);
- Anticorpos de Proteína “e” (anti-Hbe);
- Anticorpos de superfície da Hepatite “B” (anti-Hbs);
- Anticorpos para Hepatite “C” (anti-HCV);
- Anticorpos da classe IgM para Hepatite “A” (anti-HAV-IgM).

**1.2.1.3 Item 3 – Testes para detecção de antígenos e anticorpos relacionados ao vírus da Imunodeficiência Humana Adquirida (HIV-1 e HIV-2)**

– por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência, tendo como antígenos proteínas recombinantes ou peptídeos sintéticos para detecção de anticorpos anti-HIV-1 (incluindo subtipo O) e anti-HIV-2 e anticorpos monoclonais para detecção de antígeno p24 do HIV.

**1.2.1.4 Item 4 – Testes para detecção de anticorpos IgG e IgM anti-Toxoplasma gondii – por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência.**

**1.2.1.5 Item 5 – Testes para determinação da avidéz de anticorpos IgG anti-Toxoplasma gondii – por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência.**

**1.2.1.6 Item 6 – Testes para detecção qualitativa de anticorpos anti-Treponema pallidum - por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência.**

**1.2.1.7 Item 7 – Testes para detecção de anticorpos anti- Trypanosoma cruzi – por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência.**

**1.2.1.8 Item 8 – Testes para detecção qualitativa simultânea de anticorpos contra o vírus linfotrópicos da célula T humana tipo I e tipo II (anti-HTLV I/II) – por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência.**

**1.2.1.9 Item 9 – Testes para detecção de anticorpos VCA/IgM, VCA/IgG e EBNA/IgG contra o Epstein Barr vírus - por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência.**

**1.2.1.10 Item 10 – Testes para detecção de anticorpos IgM e IgG anti-Citomegalovírus – por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência.**



**1.2.1.11 Item 11** – Testes para determinação da avidéz de anticorpos IgG anti-Citomegalovírus – por Quimioluminescência ou Eletroquimioluminescência.

### **1.3 DA PADRONIZAÇÃO**

**1.3.1** Catálogo Eletrônico de Materiais e Serviços do Estado do Paraná (e-CAT) ainda não foi implantado na integralidade pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - órgão responsável. Deste modo, não foi possível utilizar o catálogo eletrônico de padronização na presente contratação.

Porém, esclarece-se que as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do(s) objeto(s) são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

### **1.4 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

**1.4.1** Será firmado instrumento contratual (ANEXO VIII) sobre o objeto do presente Termo de Referência, com vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, com prorrogação limitada a 60 (sessenta) meses, de acordo com estabelecido na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

#### **1.4.2 Prazo de entrega/execução:**

- A empresa arrematante deverá entregar o equipamento em até 15 dias após a assinatura do Contrato, sendo que o equipamento e os acessórios necessários deverão ser entregues juntos na primeira entrega. A empresa arrematante deverá entregar os insumos em até 15 dias após o pedido durante o contrato.

#### **1.4.3 Locais de entrega:**

##### **LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ – LACEN**

Logradouro: Rua Sebastiana Santana Fraga, 1395

CEP: 83.060-500 ,

Cidade: São José dos Pinhais/PR

Responsável: A/C do Sr. Nelson Carlos Andruzinski

Setor: Almoxarifado

Horário de Atendimento: 8:00 as 16:00 horas

Fone: (41) 3299-3225

E-mail: [nelson.carlos@sesa.pr.gov.br](mailto:nelson.carlos@sesa.pr.gov.br)

##### **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM**

UEM - Universidade Estadual de Maringá – Hortifrutigranjeiros

Endereço: Avenida Colombo, 5790. Zona 7. Maringá/PR.

CEP: 87030-121

Setor: Laboratório de Ensino e Pesquisa - LEPAC

Fone: 44-3011-4221

Horário de Atendimento: 8:00 as 16:00 horas

Responsável: Fabiana Nabarro Ferraz

E-mail: [fnferraz@uem.br](mailto:fnferraz@uem.br)

## **2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** Constam como participantes da presente licitação a Secretaria de Estado da Saúde (**SESA**) e a Universidade Estadual de Maringá (**UEM**). Sendo a demandante inicial da aquisição o Laboratório Central do Estado do Paraná - LACEN, unidade vinculada a SESA, a justificativa da contratação apresentada é oriunda dessa unidade. Ainda assim, incluiu-se neste termo de referência alguns apontamentos presentes no Estudo Técnico Preliminar (ETP) apresentada pelas outras entidades participantes, sendo que a íntegra dos ETP



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 22 de 77)

está disponível no caderno de instrução da presente licitação, podendo ser consultada a qualquer tempo pelos interessados.

Os quantitativos presentes no Termo de Referência estão apresentados para atender aos órgãos que manifestaram interesse na participação da presente licitação, por meio do Sistema GMS. No Quadro abaixo, segue compilação da quantidade por item solicitado por cada órgão:

ITEM	CÓD. GMS	CÓD. CATMAT	DESCRIPTIVO	UNID	FORMA DE APRESENTAÇÃO	SESA FUNSAUDE	UEM
1	0608-93929	453193	Locação de um sistema automatizado para realização de testes sorológicos por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência	Teste	Locação mensal	1	2
2	6607-23437	378146	Testes para detecção de anticorpos e antígenos para Hepatites Virais A, B e C	Teste	Caixa c/100	30000	18000
3	6607-52604	378145	Testes para detecção de anticorpos IgG e IgM anti-Toxoplasma gondii	Teste	Caixa c/100	12000	10000
4	6607-52606	356311	Testes para detecção de anticorpos VCA/ IgM, VCA/IgG e EBNA/IgG contra o Epstein Barr vírus	Teste	Caixa c/100	10000	1200
5	6607-52607	389756	Testes para detecção de anticorpos IgM e IgG anti-Citomegalo- vírus	Teste	Caixa c/100	9000	1000
6	6607-52636	351672	Testes para detecção de antígenos e anticorpos relacionados ao vírus da Imunodeficiência Humana Adquirida (HIV-1 e HIV-2) –	Teste	Caixa c/100	8000	5000
7	6607-52637	378145	Testes para determinação da avidade de anticorpos IgG anti-Toxoplasma gondii	Teste	Caixa c/100	3500	
8	6607-52638	357268	Testes para detecção qualitativa de anticorpos anti-Treponema pallidum por Quimioluminescência	Teste	Caixa c/100	3500	1200
9	6607-52639	412570	Testes para detecção de anticorpos anti-Trypanosoma cruzi	Teste	Caixa c/100	3000	
10	6607-52640	381955	Testes para detecção qualitativa simultânea de anticorpos contra o vírus linfotrópicos da célula T humana tipo I e tipo II (anti-HTLV I/II)	Teste	Caixa c/100	2000	
11	6607-52641	389756	Testes para determinação da avidade de anticorpos IgG anti-Citomegalovírus	Teste	Caixa c/100	1000	

## 2.2 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA

O Laboratório Central do Estado do Paraná – Lacen/PR, enquanto laboratório público de referência, atua no diagnóstico de doenças de notificação compulsória e de interesse em saúde pública, conforme diretrizes nacionais. A Seção de Imunologia é responsável pela realização de exames laboratoriais de alta complexidade para detecção e monitoramento de patologias como Hepatites Virais, Toxoplasmose, Doença de Chagas, Sífilis, HIV, Epstein Barr, Citomegalovírus e HTLV (tipos I e II), tanto para fins diagnósticos quanto confirmatórios, integrando a rede nacional de laboratórios públicos.

A presente contratação visa garantir a continuidade e a qualidade dos serviços laboratoriais prestados, com foco na modernização e automatização dos processos diagnósticos. Considerando:

- A necessidade de adoção de metodologias com elevado grau de confiabilidade e segurança nos resultados, em consonância com o papel institucional do Lacen/PR como laboratório de referência;
- A importância de minimizar a interferência humana, reduzindo o risco de contaminações cruzadas e de resultados falso positivos;
- A integração entre os equipamentos automatizados e o sistema informatizado de cadastro e liberação de resultados, assegurando rastreabilidade total do processo, eliminando digitações manuais e aumentando a eficiência da operação;
- Torna-se imprescindível a utilização de equipamentos automatizados com capacidade de processar, de forma simultânea, todos os tipos de análises previstas no Termo de Referência. A consolidação do

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

- processamento em um único sistema favorece: - A racionalização de espaço sico e de recursos humanos;
- A otimização da rotina laboratorial, com administração centralizada da interface e dos fluxos operacionais;
  - A redução de deslocamentos da equipe técnica entre diferentes setores.

Em consonância com o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, a escolha da solução mais vantajosa exige análise do custo-benefício e da viabilidade técnica das opções disponíveis no mercado. Nesse sentido, opta-se pela locação de equipamentos vinculada ao fornecimento de reagentes, conforme autorizado pela legislação, tendo em vista:

- A rápida obsolescência tecnológica dos equipamentos de automação laboratorial, incompatível com a vida útil dos bens adquiridos;
- A possibilidade de atualização metodológica e tecnológica sempre que necessário, sem onerar a Administração com equipamentos defasados;
- A redução de custos com manutenção corretiva e preventiva, que passa a ser responsabilidade da contratada;
- A garantia de disponibilidade técnica permanente dos equipamentos, com suporte e assistência inclusos.

A presente contratação visa atender aos princípios de planejamento, eficiência, economicidade, sustentabilidade e mitigação de riscos, conforme preceituado na Lei nº 14.133/2021. Ainda, busca assegurar a continuidade da prestação de serviço essencial à saúde pública, de modo a subsidiar as ações de vigilância epidemiológica no Estado do Paraná.

A memória de cálculo utilizado resultou do levantamento do histórico de consumo e do levantamento de demanda junto aos setores/unidades no quantitativo total conforme detalhado no quadro da fls. 99, mov. 26, a ser adquirido em um período de até 12 meses.

## 2.3 UNIVERSIDADES ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM

O Laboratório de Ensino e Pesquisa em Análise Clínicas da Universidade Estadual de Maringá (LEPAC/UEM) afeto ao Departamento de Análises Clínicas e Biomedicina da Universidade Estadual de Maringá, criado em 1982 como projeto de ensino que passou a funcionar em caráter permanente a partir de 1983. Inicialmente foi criado para viabilizar as disciplinas profissionalizantes do curso de Farmácia e, mais recentemente, do curso de Biomedicina. Ao longo do tempo, as atividades desenvolvidas ampliaram as possibilidades do ensino na área de análises clínicas, consolidando o LEPAC como centro de apoio ao ensino de graduação e de pós-graduação, especialmente nos programas de Mestrado e Doutorado em Biociências e Fisiopatologia, em Ciências da Saúde e no programa de Residência em Farmácia com Ênfase em Análises Clínicas na Atenção à Urgência e Emergência, da Universidade Estadual de Maringá.

O LEPAC/UEM é conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA), através do contrato de prestação de serviços com a Secretaria de Saúde de Maringá a Municípios da 15ª Regional de Saúde, Considerado um laboratório de referência na macrorregião Nordeste do Paraná, atendendo atualmente 115 municípios e, para a execução desses serviços, se faz necessária a aquisição de insumos e materiais, indispensáveis e de uso diário, para a execução dos procedimentos laboratoriais.

O LEPAC/UEM oferece um serviço público de alta qualidade em saúde aos cidadãos paranaenses, realizando exames gerais e exames laboratoriais de alta complexidade na Rede Básica do Sistema Único de Saúde (SUS) e rede privada. Fez parte da Rede de Laboratórios de Quantificação de Linfócitos T CD4+ atuando também no monitoramento de pacientes portadores crônicos das hepatites B e C, atendendo da 11ª a 15ª Regionais de Saúde. LEPAC/UEM também participa da Rede de Teste Rápido para a Tuberculose, do Programa Nacional de Controle de Tuberculose (PNCT/DEV/T/SVS/MS).

LEPAC/UEM é laboratório especializado no diagnóstico fungos patogênicos (Paracoccidioidomicose,





Histoplasmose..) na macrorregião Noroeste da Paraná e Referência Regional para o diagnóstico de Meningites, Leishmaniose e doenças Ictero-hemorrágicas, caracterizando-o como um laboratório eminentemente epidemiológico. Também é o único laboratório público, credenciado ao SUS. para realizar a análise de citologia oncológica de colo do útero, ofertada à população do Estado do Paraná.

O LEPAC é constituído pelos setores: Recepção/ Coleta/ Administrativo/ Almoxarifado, Bioquímica Clínica, Hematologia Clínica, Imunologia Clínica, Bacteriologia Médica, Parasitologia Clínica, Citologia Clínica, Micologia Médica, Virologia Clínica, Lavagem/descontaminação/Esterilização de materiais ocupando área física nos Blocos K-10, J-90 e T-20 do Campus Universitário. O objeto da presente Intenção de Registro de Preços é a escolha da proposta mais vantajosa para a possível aquisição de prestação de serviços de locação de equipamentos laboratoriais e hospitalares, junto aos seus reagentes, para que os setores de Bioquímica Clínica e Imunologia Clínica do LEPAC/UEM continuem prestando serviços de qualidade a população.

A quantidade foi baseada no histórico de consumo, e a previsão para o período pretendido foi estimada com base no consumo realizado no último ano, incluindo a possibilidade de acréscimo de consumo futuro e os atendimentos ocorridos no LEPAC, conforme tabela da fls. 58-59, mov. 20.

Verificou-se no Sistema GMS que não existe ATA de Registro de Preço com data vigente para o serviço da futura licitação.

### **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

#### **3.1 Consta o Descritivo técnico no Item 1.2 deste Termo de Referência.**

#### **3.2 Forma de entrega ou execução do serviço:**

A empresa arrematante deverá entregar o equipamento em até 15 dias após a assinatura do Contrato, sendo que o equipamento e os acessórios necessários deverão ser entregues juntos na primeira entrega. A empresa arrematante deverá entregar os insumos em até 15 dias após o pedido durante o contrato.

#### **3.3 Ciclo de vida do objeto / descrição das responsabilidades envolvidas em cada etapa:**

**3.3.1** O custo inicial é o custo da aquisição dos testes e a locação do equipamento.

##### **3.3.2 Operação e Manutenção:**

Deverá ser colocado 01 (um) equipamento no Lacen/PR - Unidade Guatupê na Seção de Imunologia e 02 equipamentos para a UEM, com possibilidade de transmissão de dados diretamente à rede cliente-servidor através de "portserver" e computador para armazenamento de dados em memória física, sem custo adicional, com reposição de peças de consumo, assistência técnica e científica gratuita no local; A empresa arrematante será responsável pela manutenção corretiva e preventiva do Sistema Automatizado, durante o período de vigência o contrato. Deverá informar e executar o cronograma de manutenções preventivas e calibrações, incluindo fornecimento de peças e serviços, com fornecimento de certificados de calibração e boletins de atendimento nas manutenções preventivas e/ou corretivas, qualificando e liberando o equipamento para uso, dentro dos padrões do fabricante. A empresa arrematante deverá atender a chamada para assistência ou manutenção corretiva em até 48 horas. No caso de não conseguir resolver o problema, a empresa deverá instalar ou disponibilizar outro Sistema Automatizado igual e em condições de uso para não acarretar prejuízos ao serviço em, no máximo 15 dias.

##### **3.3.3 Atualização ou Modernização:**

O equipamento fornecido deverá executar os exames objetos neste Termo de Referência no método solicitado, estar em perfeito estado de funcionamento, deve ser novo ou ter, no máximo, possuir 5 anos da data de fabricação, deve ser um analisador automático com integração de sistemas para total automação, multiparamétrico com uma única célula de leitura de resultados.

##### **3.3.4 Descarte, Desativação ou Recolhimento:**

Não serão incluídas exigências de logística reversa apresentadas pela Lei 20.132/2020. Isso se deve ao fato de o Lacen/PR possuir Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) implementado,



conforme requisitos estabelecidos pela Resolução RDC nº. 33, de 25 de fevereiro de 2003, da ANVISA. Com isso, é dado o tratamento adequado a todos os resíduos gerados pelo Lacen/PR, sem necessidade de logística reversa de insumos.

#### 4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Informa-se que a pesquisa de preço foi realizada em conformidade ao artigo 296, 368, 369 e 370 do Decreto Estadual 10.086/2022. Os meios utilizados para a composição da cesta de preços, visando aferir o preço de mercado com a maior amplitude possível de fontes, foram:

**I - a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços do Sistema GMS, ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);**

Fonte utilizada:

( x ) Módulo Pesquisa de Preços do compras.gov

- Período temporal utilizado: de 01/04/2025 até 01/10/2025 (utilizar no máximo últimos 06 meses)

- Recorte geográfico utilizado: (X) Nacional

- Parâmetro estatístico adotado: (X) Mediana

- Relatórios inseridos no processo: fls. 131-230

**II - os preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;**

Portais utilizados para as buscas:

(X) Sistema GMS ([www.gms.pr.gov.br](http://www.gms.pr.gov.br))

(X) Portal da Transparência do Paraná ([www.transparencia.pr.gov.br](http://www.transparencia.pr.gov.br) – Módulo “Compras” > “Licitações” / ou “Contratos” / ou “Preços Registrados”)

(X) Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br> “Editais” / ou “Atas de Registro de Preços” / ou “Contratos”)

Período temporal utilizado: de 01/04/2025 até 01/10/2025 (utilizar no máximo últimos 12 meses)

Foi encontrado:

- Dispensa de Licitação Nº 35/2025 – Município de Itaitiaçu, de 18/08/2025, que contem o serviço do lote 1 – item 1, cujo valor consta no Mapa de Preços.

Foram encontrados também:

- Ata de Registro de Preços Nº 056/2025 – Fundação Oswaldo Cruz/Instituto de Infectologia Evandro Chagas, de 15/08/2025 – que contem os produtos do lote 1 - itens 2, 3, 4, 7 e 10, os quais não foram utilizados devido a constar equipamento em comodato, o que interfere diretamente nos preços dos produtos.

-Ata de Registro de Preços Nº 798/2025 – Prefeitura de São Paulo, de 26/08/2025, que continha os produtos do lote 1 - itens: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11, os quais não foram utilizados devido a constar equipamento em comodato, o que interfere diretamente nos preços dos produtos.-Contrato Nº 111/2025 – Governo do Rio de Janeiro/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, de 07/04/2025 – que continha os produtos do lote 1 - itens 1, 2, 3, 6, 8 e 10, os quais não foram utilizados devido a constar equipamento em comodato, o que interfere diretamente nos preços dos produtos.

**IV - a pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores;**

a) Como foram selecionados os contatos dos fornecedores do ramo?

(x) Histórico de compras anteriores

(x) Sistema GMS

(x) Busca livre na internet

b) Quantidade de contatos de fornecedores selecionados para envio da pesquisa de preço: 20.

c) Justificativa da escolha dos fornecedores selecionados:

(x) O fornecedor possui ampla experiência no mercado e é referência no fornecimento do item/serviço;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



(x) O fornecedor já prestou serviços semelhantes para órgãos públicos, garantindo qualidade e cumprimento dos prazos.

(x) A escolha foi baseada em pesquisas de mercado realizadas em portais oficiais, como o Pannel de Preços, Compras.gov e bases confiáveis.

(x) Foram selecionados fornecedores de diferentes portes e regiões para garantir representatividade do mercado.

(x) O fornecedor está cadastrado em sistemas oficiais, como o SICAF e/ou GMS, garantindo idoneidade e regularidade fiscal.

(x) O fornecedor já participou de contratações anteriores com a administração pública, apresentando bom desempenho.

d) Forma de contato: ( x ) e-mail ( x ) telefone

e) Período de duração da pesquisa de preços: 38 dias

f) Documentos enviados juntamente com o pedido de cotação ( x ) Minuta do TR

g) Quantidade de cotações recebidas: 3 (três) cotações foram revalidadas pois a validade das propostas estavam vencidas.

h) Quantidade de negativas de cotações recebidas: 5

i) Quantidade de fornecedores que não responderam: 12

### **Critério de Preço Máximo adotado para o Processo Licitatório**

Consta no caderno de instrução da presente licitação Justificativa do Preço Adotado, contemplando pormenorizadamente o procedimento realizado para estabelecimento dos valores de referência do edital, podendo ser consultado a qualquer tempo pelos interessados a fim de evidenciar que a aquisição está sendo realizada de acordo com os valores de mercado na presente data, condicionada a todas as particularidades provenientes da situação em que vivemos nesta data.

Deste modo, considerando que estes parâmetros são alternativas válidas – previstas no Decreto Estadual n.º 11.086/2022 – como alternativas de se realizar pesquisa de preços, entende-se que não ocorreu prejuízo na aferição do preço de mercado. Com base nos parâmetros da pesquisa de preços realizada, foi adotado a mediana como critério de preços máximos, devido à heterogeneidade dos valores obtidos e por minimizar o impacto de valores atípicos, proporcionando uma estimativa mais realista.

## **5 PARCELAMENTO DO OBJETO**

**5.1** O objeto será dividido em 01 (um) lote, global, sendo composto por 11 (onze) itens para fins de disputa e adjudicação, visando a ampliação da competitividade.

**5.2** A solução não será parcelada, visto que os insumos devem ser fornecidos pelo fornecedor do equipamento, ou seja, os itens que compõem o Lote 1 (itens 1 a 11) são tecnicamente interdependentes, pois serão utilizados em conjunto em um mesmo equipamento para realização de análises laboratoriais. A aquisição conjunta é imprescindível para garantir a compatibilidade entre os reagentes e o equipamento, evitando falhas de operação e assegurando a eficiência dos exames.

A eventual separação desses itens entre diferentes fornecedores poderia comprometer:

- A funcionalidade e o desempenho do equipamento;
- A padronização dos procedimentos laboratoriais;
- A logística de reposição e manutenção de estoque;
- A gestão contratual e o controle de qualidade dos insumos.

Ainda que a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União oriente que o parcelamento seja a regra, tal diretriz deve ser avaliada com base na natureza do objeto contratado. O fracionamento somente é legítimo quando não compromete a solução integral, a responsabilidade técnica, a gestão contratual ou a economicidade da contratação.

No presente caso, a manutenção da integralidade do lote é condição necessária para garantir a eficiência da

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



contratação e a qualidade na prestação dos serviços laboratoriais.

A estruturação em lote único visa assegurar a compatibilidade técnica, a funcionalidade do conjunto, a otimização logística e a eficiência da execução contratual, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, notadamente os da eficiência, economicidade e interesse público.

## 6 SUSTENTABILIDADE

O contratado adotará as seguintes práticas e/ou critérios de sustentabilidade, baseado nos artigos 361 a 364 do Decreto 10.086/2022:

Art. 361. Na aquisição de bens e na contratação de serviços a Administração adotará, sempre que possível, práticas e/ou critérios sustentáveis, dentre eles:

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

Art. 362:

I que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

Não serão incluídas exigências de logística reversa apresentadas pela Lei 20.132/2020. Isso se deve ao fato de os Órgãos participantes possuir Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) implementado, conforme requisitos estabelecidos pela Resolução RDC nº. 33, de 25 de fevereiro de 2003, da ANVISA. Com isso, é dado o tratamento adequado a todos os resíduos gerados pelo, sem necessidade de logística reversa de insumos.

## 7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E COOPERATIVAS

7.1 Na presente contratação não será possível adotar o tratamento previsto no art. 48, incisos I e III, da referida Lei Complementar, em razão das hipóteses de afastamento previstas no art. 49, inciso II e III, da mesma norma, e no art. 120 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021.

Conforme o levantamento realizado, não foram identificados, no mercado local ou regional, no mínimo três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, capazes de atender integralmente às exigências do objeto licitado, motivo pelo qual resta caracterizada a hipótese prevista no inciso II do art. 49 da LC nº 123/2006 e no inciso I do art. 120 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

*II – não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;*

*III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.*

Nessa esteira, o Decreto Estadual 10.086/2022 também estabelece o afastamento do tratamento privilegiado destinado às ME e EPP, como se vê, nos seguintes casos:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



Art. 120. Não se aplica o disposto nos arts. 117 a 119 deste Regulamento quando:

*I - não houver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; (...)*

*II - o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;*

*§ 2º Para a comprovação do disposto no inciso I do caput deste artigo, poderão ser adotadas as seguintes justificativas: (...)*

*II - ausência de participação efetiva de um mínimo de 3 (três) beneficiários do tratamento diferenciado sediadas local ou regionalmente em licitação com o mesmo objeto e na mesma região;*

Desta forma, em atendimento ao § 2º do art. 120 do decreto 10.086/22, inciso II, foi realizada pesquisa em contratações similares pela administração pública (Banco de Preços/Preços Públicos), a qual demonstrou “ausência de participação de um mínimo de 3 (tres) beneficiários do tratamento diferenciado sediadas local ou regionalmente em licitação com o mesmo objeto e na mesma região”.

## 8 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO COMUNS

**8.1** Trata-se de serviço comum, conforme estabelece o inciso I do art. 392 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

**8.2** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 10.086, de 2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução indireta é vedada.

**8.3** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 9 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

**9.1** São obrigações do Contratado:

**9.1.1** executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

**9.1.2** reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.1.3** Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

**9.1.4** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.1.5** utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**9.1.6** zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de





proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

**9.1.7** apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

**9.1.8** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

**9.1.9** atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

**9.1.10** instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

**9.1.11** instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

**9.1.12** relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**9.1.13** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**9.1.14** manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

**9.1.15** manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**9.1.16** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

**9.1.17** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**9.1.17.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**9.1.17.2** superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

**9.1.17.3** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**9.1.17.4** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

**9.1.17.5** impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

**9.1.17.6** omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

**9.1.18** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 63 da Lei 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**9.1.19** A empresa arrematante deverá ofertar aos técnicos do Laboratório o treinamento para uso do Sistema Automatizado, o qual deveserá ser realizado in loco, em até 15 dias após a instalação do equipamento, com agendamento prévio com os técnicos do Laboratório e com fornecimento de Declaração de Capacitação individual, constando conteúdo e carga horária, para atendimento aos requisitos sanitários e legais impostos pelas RDC 978/2025 e RDC 512/2021.

**9.1.20** O treinamento dos profissionais no uso do equipamento e sistema de interfaceamento, deverá ser em até 15 (quinze) dias após a instalação do equipamento, com agendamento prévio com os técnicos do Laboratório, com fornecimento de Certificado de Capacitação individual, constando conteúdo e carga horária.

**9.1.20.1** A empresa deverá fornecer todos os materiais necessários para o treinamento não podendo utilizar a quantidade comprada de kits.



**9.1.21** A empresa deverá fornecer documento de qualificação de instalação, operação e desempenho do equipamento e de qualificação de treinamento individual.

**9.1.22** A empresa deverá informar e fazer cumprir o cronograma de manutenções preventivas e calibrações, com fornecimento de certificados de calibração e boletins de atendimento nas manutenções preventivas e/ou corretivas, qualificando e liberando o equipamento para uso, dentro dos padrões do fabricante.

**9.1.23** A empresa arrematante será responsável pela manutenção corretiva e preventiva do Sistema Automatizado, durante o período de vigência o contrato. Deverá informar e executar o cronograma de manutenções preventivas e calibrações, incluindo fornecimento de peças e serviços, com fornecimento de certificados de calibração e boletins de atendimento nas manutenções preventivas e/ou corretivas, qualificando e liberando o equipamento para uso, dentro dos padrões do fabricante.

**9.1.24** A empresa arrematante deverá atender a chamada para assistência ou manutenção corretiva em até 48 horas. No caso de não conseguir resolver o problema, a empresa deverá instalar ou disponibilizar outro Sistema Automatizado igual e em condições de uso para não acarretar prejuízos ao serviço em, no máximo 15 dias.

## **9.2 São obrigações do Contratante:**

**9.2.1** receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**9.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**9.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

**9.2.4** comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**9.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

**9.2.6** efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

**9.2.7** efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

**9.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**9.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**9.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

## **10. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

**10.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

**10.1.1** Não se faz necessário, neste caso concreto, pois só há pagamento do serviço efetivamente executado.



## 11 FORMA DE PAGAMENTO

**11.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**11.3** O prazo estabelecido no item 12.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**11.3.1** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**11.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**11.5** Para a **SESA** as notas fiscais devem ser emitidas em nome do Fundo Estadual de Saúde, CNPJ: 08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170, Rebouças, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

**11.5.1** Para as vendas a serem realizadas pela **UEM**, as notas fiscais devem ser emitidas em nome da Universidade Estadual de Maringá, CNPJ 79.151.312/0001-56 ou pelo Fundo Estadual de Saúde, CNPJ 08.597.121/0001-74, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque. Solicitamos que antes de gerar nota fiscal entrar em contato com o Setor de Compras, pelo telefone (44) 3011-9197.

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**11.6** O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**11.7** Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## 12 DO REAJUSTAMENTO

**I-12.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, com data-base

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



vinculada à data do orçamento estimado **19/02/2026**.

**II -12.2** Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**III -12.2.1** O contratado ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

**12.2.2.** O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses

**IV -12.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**V -12.4** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**VI -12.5** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**VII -12.6** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**VIII -12.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**IX -12.8** O reajuste será realizado por apostilamento.

**X -12.8.1** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**XI -12.8.2** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

**XII -12.9** Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

### **13 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo II do Edital).

### **14 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**14.1** É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

**14.1.1** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**14.1.2** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

**14.1.3** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

**14.2** A alteração subjetiva a que se refere o item 15.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

### **15 CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**15.1** A empresa arrematante deverá entregar o equipamento em até 15 dias após a assinatura do Contrato, sendo que o equipamento e os acessórios necessários deverão ser entregues juntos na primeira entrega. A empresa arrematante deverá entregar os insumos em até 15 dias após o pedido durante o contrato.

**15.2** Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 5 (cinco) dias.

**15.2.2** Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

**15.3** Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e



produtividade.

**15.4** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**15.4.1** Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**15.5** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**15.6** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **16 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

**16.1** A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

**16.1.1** não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**16.1.2** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**16.2** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**16.2.1** definição de situações (indicadores) que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de grau de correspondência de 1 a 5, de acordo com os Indicativos de metas a cumprir, compreendendo descontos de 0,1% a 2,0% do valor mensal contratado.

**16.2.2** A notificação quanto à existência de irregularidades na execução no contrato deverá ser por escrito, independente da gravidade da situação ou da reincidência do fato, podendo ser enviada por e-mail, AR, ou ambos. A CONTRATADA deverá acusar o seu recebimento, onde no e-mail estará apontando data e hora do recebimento.

**16.2.3** Constatando irregularidade passível de notificação, o Fiscal do Contrato preencherá Termo de Notificação, relatando a ocorrência, seu tipo e nível, grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido e demais dados julgados relevantes para o perfeito entendimento e avaliação da ocorrência;

**16.3** A CONTRATANTE considerará entregue o Termo de Notificação que, voluntariamente, não for recebido pela CONTRATADA, devendo ser, a partir desta ocorrência, o nível da irregularidade elevado ao nível “grave” e, em já sendo “grave”, ao nível “gravíssimo”, ficando a data desta ocorrência como data do efetivo recebimento;

**16.4** Após o recebimento, o preposto da CONTRATADA deverá apresentar as devidas justificativas e tratativas para a(s) ocorrência(s) apontada(s), respeitando a tabela de prazos a seguir:





Tipo	Nível de graduação	Prazo para apresentação das justificativas e tratativas
1	Levíssima	48 horas
2	Leve	24 horas
3	Média	12 horas
4	Grave	10 horas
5	Gravíssima	08 horas

**16.5** O nível de graduação da irregularidade será classificado pelo Fiscal do Contrato, considerando os efeitos da irregularidade e/ou as consequências/comprometimento dos serviços locais prestados pela Unidade SESA ocasionados pela falha.

<b>Indicador 1</b>	<b>Cumprimento dos prazos estipulados para a execução dos serviços</b>
Prazo	O serviço será prestado em 12(doze) parcelas.  Local: Laboratório Central do Estado do Paraná  Rua: Sebastiana Santana Fraga, 1395  Bairro: Guatupê  Cidade/Estado: São José dos Pinhais-PR  CEP: 83.060-500

**16.6** Os indicadores a serem monitorados mensalmente pelos fiscais e gestores dos contratos são:

	Setor: Almoxarifado Responsável pelo recebimento: Nelson Carlos Andruzinski
Forma de entrega	A empresa arrematante deverá entregar o equipamento em até 15 dias após a assinatura do Contrato e emissão do empenho, sendo que o equipamento e os acessórios necessários deverão ser entregues juntos.



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 35 de 77)

<b>Indicador 2</b>	<b>Avaliar a qualidade do serviço prestado pela empresa CONTRATADA.</b>
Previsão no Contrato:	A CONTRATADA deverá cumprir todos requisitos e especificações técnicas previstas no edital
Forma de entrega	<p>-O equipamento fornecido deverá executar os exames objetos neste Termo de Referência no método solicitado, estar em perfeito estado de funcionamento, deve ser novo ou ter, no máximo, possuir 5 anos da data de fabricação, deve ser um analisador automático com integração de sistemas para total automação, multiparamétrico com uma única célula de leitura de resultados, com capacidade mínima de 170 testes/hora, de acesso randômico, contínuo e imediato e possuir sistema de realização de amostras emergenciais;</p> <p>-Deverá ser colocado 01 (um) equipamento no Lacen/PR - Unidade Guatupê na Seção de Imunologia, com possibilidade de transmissão de dados diretamente à rede cliente-servidor através de "portserver" e computador para armazenamento de dados em memória física, sem custo adicional, com reposição de peças de consumo, assistência técnica e científica gratuita no local;</p> <p>-Deverá ser refrigerado, permitindo que os kits permaneçam na máquina, mesmo sem processar rotina;</p> <p>-As calibrações e recalibrações deverão ser por lote de reagente (kit utilizado). Sendo necessária recalibração periódica, o intervalo entre as calibrações deverá ser superior a 14 dias;</p> <p>-Possuir leitor de código de barras para reagentes e amostras;</p> <p>-Realizar detecção de fibrina, bolhas e volume mínimo de amostras;</p> <p>-Realizar pipetagem automática de reagentes e amostras, 1.2.4.8 Deverá aceitar qualquer diâmetro e tipo de tubo primário e ter como opção a utilização de cubetas com volume de até 0,5 mL, sem que isto interfira na execução do exame, não necessitando transferência da amostra do tubo primário para outro recipiente para análise;</p> <p>-Capacidade de realizar diluições automáticas das amostras, quando necessário;</p> <p>-Capacidade de armazenamento interno de resultados de amostras, controles e calibradores de no mínimo 20.000 resultados;</p> <p>-Possuir <i>software</i> que emita gráficos de controle de qualidade em tela e impressos;</p> <p>-Possuir sistema de inventário de reagentes e acessórios;</p> <p>-Deverá entregar <i>nobreak</i> e estabilizador de linha para o equipamento e computador</p>

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: maio/2025.



	<p>de interfaceamento, compatíveis com as necessidades do equipamento para garantir autonomia de, no mínimo 30 minutos.</p> <p><b>Do Interfaceamento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>-Deverá ser fornecido software para interfaceamento do equipamento com o sistema de cadastro e liberação de laudos como LIS– GAL (Gerenciador de Ambiente Laboratorial), e, no mínimo, 2 leitoras de código de barras que devem ter conexão compatível com o computador ofertado e 1 impressora de códigos de barras, sem custo adicional;</li><li>-A instalação do interfaceamento deverá ser efetuada pela empresa vencedora.</li><li>-A empresa deverá fornecer o computador servidor de interfaceamento, bem como toda a infra-estrutura necessária;</li><li>-O equipamento deverá permitir a comunicação bidirecional com o sistema de interfaceamento;</li><li>-A empresa deverá fornecer a documentação do protocolo de comunicação do <i>Host</i> com o LIS do equipamento, a instalação e licenciamento do sistema de interfaceamento bidirecional entre o equipamento e o Gerenciador de Ambiente Laboratorial (GAL).</li><li>-Fornecimento da manutenção do interfaceamento do equipamento com o sistema de cadastro e liberação de laudos, durante todo o período de vigência do contrato ou até terminarem os estoques de kits;</li><li>-Os custos envolvidos no processo de interfaceamento entre o equipamento e LIS (contratação de serviços terceirizados, suporte ao usuário, atualização de softwares ou licenças e manutenção relacionados ao processo de interfaceamento) correrão por conta da empresa arrematante.</li></ul> <p><b>Condições Gerais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>-No preço dos testes deverão estar incluídos todos os itens para a perfeita execução das análises tais como: acessórios, calibradores, controles, reagentes e soluções necessárias para a execução dos exames, papel para impressão de resultados (se o aparelho não utilizar papel padrão do laboratório), bem como outras soluções para lavagem e conservação do equipamento, mantendo qualidade e precisão no resultado dos exames, conforme padrões do laboratório.</li><li>-A empresa deverá apresentar documentação da data de fabricação do equipamento.</li><li>-Apresentar Manual na língua original e em português, impresso, a ser entregue junto com o equipamento.</li><li>-O treinamento dos profissionais no uso do equipamento e sistema de interfaceamento, deverá ser em até 15 (quinze) dias após a instalação do equipamento, com agendamento prévio com os técnicos, com fornecimento de Declaração de Capacitação individual, constando conteúdo e carga horária.</li><li>-Deverá treinar no uso do equipamento e sistema de interfaceamento, durante a</li></ul>
	<p>vigência do Contrato, novos profissionais que venham a fazer parte da equipe, com prévia comunicação e agendamento.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>-A empresa deverá fornecer documento de qualificação de instalação, operação e desempenho do equipamento e de qualificação de treinamento individual.</li><li>-A empresa deverá fornecer todos os materiais necessários para o treinamento não podendo utilizar a quantidade comprada de kits.</li><li>-Para complementação do número de testes solicitados, não serão aceitos materiais quando o lacre estiver violado ou apresentando quantidade diferente da embalagem original, nem quantidade inferior ao número de testes solicitados.</li><li>-Deverá prestar assistência técnica e assessoria científica gratuita, quando solicitados, durante toda a vigência do Contrato e enquanto houver estoque dos materiais.</li><li>-A empresa deverá atender a chamada para assistência em até 48 horas. No caso de não conseguir resolver o problema, a empresa deverá instalar ou possibilitar outro equipamento igual e em condições de uso para não acarretar prejuízos ao serviço em, no máximo 15 dias.</li><li>-A empresa deverá informar e fazer cumprir o cronograma de manutenções preventivas e calibrações, com fornecimento de certificados de calibração e boletins de atendimento nas manutenções preventivas e/ou corretivas, qualificando e liberando o equipamento para uso, dentro dos padrões do fabricante.</li></ul>



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 37 de 77)

**16.7** A fim de aferir se houve cumprimento dos indicadores, o fiscal utilizará para critério de avaliação e pontuação das tabelas abaixo:

Tabela de ações em caso de ocorrências:

Cumpriu as exigências estipuladas nos indicadores e no contrato		Cumpriu a Solicitação?		Cumpriu a 1ª notificação?	
Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Ok	Fazer contato com a empresa para a execução/regularização imediata	Ok	1ª Notificação por escrito para a execução imediata	Ok	2ª Notificação por escrito para a execução imediata
-	-	-	Pontuar	-	Pontuar

Tabela de Pontuação de ocorrências e Glosa de Nota Fiscal

Item	Descumprimento	Penalidade
1	Não cumprir o prazo acordado de execução dos serviços/entrega do bem (XX dias) ou o prazo acordado com cada fiscal.	Perda de 2 (dois) pontos por ocorrência
2	Utilizar profissional não habilitado / capacitado para executar os serviços contratados.	Perda de 4 (quatro) pontos por ocorrência
3	Não informar/comunicar ao fiscal do contrato no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local dos serviços.	Perda de 2 (dois) pontos por ocorrência
5	Não apresentar os documentos obrigatórios exigidos	Perda de 2 (dois) pontos por

	no item 12.1 do termo de referência com data de validade vigente mensalmente	ocorrência
6	Deixar de cumprir a legislação aplicável à execução dos serviços contratados	Perda de 3 (dois) pontos por ocorrência
7	Não atendimento de chamados para correções de serviços considerados insatisfatórios pelo Fiscal do Contrato. Devendo o fiscal da CONTRATANTE registrar e fundamentar as justificativas da não aceitação do serviço inicialmente executado, comprovando a falha.	Perda de 3 (três) pontos por ocorrência
9	Atendimento intempestivo de chamados para correções de serviços considerados insatisfatórios pelo Fiscal do Contrato. Devendo o fiscal da CONTRATANTE registrar e fundamentar as justificativas da não aceitação do serviço inicialmente executado, comprovando a falha.	Perda de 2 (dois) pontos por ocorrência
9	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	Perda de 3 (três) pontos por ocorrência
10	Não substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	Perda de 2 (dois) pontos por ocorrência

**16.8** Os pontos de cada penalidade serão aplicados sobre o fechamento da fatura. A fatura terá valor inicial igual a 100, sofrendo deduções dos pontos de forma cumulativa. Conforme forem deduzindo pontos de uma

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: maio/2025.





**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 38 de 77)

ou mais penalidade, será aplicado desconto sobre a fatura conforme tabela a seguir:

Pontos no fechamento da fatura	Fechamento do valor total do mês a ser faturado
>= 95 pontos	100%
>= 90 pontos e <95 pontos	97%
>=85 pontos e <90 pontos	94%
>= 80 pontos e <85 pontos	91%
>= 75 pontos e <80 pontos	88%
>=70 pontos e <75 pontos	85%
<70 pontos	80%

**16.9** As ações em caso de Reincidência de Glosas serão executadas pelo fiscal conforme planilha abaixo:

1ª Glosa	2ª Glosa	3ª Glosa	4ª Glosa
Monitorar com atenção a execução dos próximos serviços	Avaliar a possibilidade de solicitação de instauração de PAAR	Avaliar a possibilidade de solicitação de instauração de PAAR Analisar a possibilidade de rescisão contratual	Solicitar a instauração de PAAR Analisar a possibilidade de rescisão contratual

**16.10** Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA, por meio de Termo de Notificação, para que este tome conhecimento do fato e promova a regularização da(s) ocorrência(s).

## **17.SUBCONTRATAÇÃO**

**17.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**17.1.1** Os objetos da contratação não tem complexidade ou características financeiras ou de execução que justifiquem a subcontratação;

**17.1.2** O objeto é pouco expressivo e os materiais são comumente comercializados no mercado;

**17.1.3** Empresas do ramo especializado isoladamente possuem as condições necessárias para executar integralmente o objeto, não havendo necessidade de contratação de terceiros.

## **18. VISTORIA**

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.





A previsão de vistoria, não é pertinente ao objeto da presente contratação.

## 19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

**19.1** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

**19.2** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

**19.3** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital:

**19.3.1** Apresentação de 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

**19.3.2** Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento de serviço de dosimetria em quantidade de no mínimo 20 % (vinte por cento), em relação a quantidade anual de serviços estimados do lote 1 para os Itens 1 (1 unid.), 2 (6.000 unid.), 3 (1.600 unid.), 4 (2.400 unid.), 5 (700 unid.), 6 (700 unid.), 9 (2.000 unid.) e 10 (1.800 unid.). Para a presente licitação, adotou-se como critério a representatividade financeira dos itens em relação ao valor global do lote, sendo exigido atestado de capacidade técnica exclusivamente para os itens que individualmente representem valor igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação. Consta na fls. 443-445, mov. 107, a tabela com o cálculo da parcela de maior relevância.

**19.3.3** Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

**19.4.** Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

**19.4.1.** Valor Global: **R\$ 2.891.529,88 (Dois milhões, oitocentos e noventa e um mil, quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e oito centavos).**

**19.4.2** Valores unitários: conforme planilha de composição no item 1.1 do objeto.

**19.5** O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

**19.6** As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

**19.7** É permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

**19.8** Requisitos de habilitação complementares.

**19.8.1** A empresa arrematante deverá fornecer documento de qualificação de instalação, operação e desempenho do Sistema Automatizado, para atendimento aos requisitos sanitários e legais impostos pelas RDC 978/2025 e RDC 512/2021.

## 20 VIGÊNCIA:

**20.1 Da vigência da ata de registro de preços.**

**20.1.1** A ata de registro de preços terá vigência de um ano, passível de prorrogação por igual período.

**20.1.2** O prazo de vigência inicial conta-se a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas.

**20.1.3** Na prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços pode haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

**20.1.4** A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem

**20.2** O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:



**20.2.1** admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;

**20.2.2** a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;

**20.2.3** a prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;

**20.2.4** havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.

**20.3** O ato de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

**20.3.1** comprovação que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos;

**20.3.2** - indicação expressa do termo inicial e final do prazo de prorrogação e do quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.

#### **20.4 Da vigência do contrato**

**20.4.1.** O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses com prorrogação limitada a 60 (sessenta) meses.

#### **21. DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**21.1** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

**21.1.1** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

**21.1.2** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

**21.1.2.1** O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

**21.1.2.2** O transcorrido o prazo citado no item 18.1.2 sem o requerimento o reajuste será apurado por procedimento próprio.

**21.2** Data do orçamento estimado: 19/02/2026.

#### **22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

#### **23. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.**

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 41 de 77)

Curitiba, 07 de abril de 2026

**Responsável pela compilação de informações no Termo de Referência apresentada pelas unidades / órgãos participantes:**

*(assinado eletronicamente)*

Pâmela Lubian  
Enfermeira  
Coordenação de Governança em Aquisições  
SESA/DAD/CGOV

**Chefia Imediata:**

*((assinado eletronicamente))*

Marcos Paulo do Carmo  
Coordenador  
Coordenação de Governança em Aquisições  
SESA/DAD/CGOV

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 –  
Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: maio/2025.



## ANEXO II DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 Os licitantes **poderão** apresentar extrato do **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor do Governo Federal (SICAF) ou do Governo Estadual (PR) CAUFPR, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos nos referidos certificados:

1.1.1 Os cadastros de fornecedor do Estado do Paraná ou da União poderão ser obtidos nos seguintes link <https://www.administracao.pr.gov.br/Compras> e <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

**1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

**1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

### **1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante



Ativo Total

SG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----; e

Passivo Circulante

**1.4.1.5** As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 no índice de Liquidez Corrente (LC).

**1.4.1.5.1** Os indicadores previstos no edital serão calculados por exercício, de forma a apresentar dois conjuntos de indicadores relativos a cada período a que se referem as demonstrações contábeis. (Incluído pelo Decreto 7389 de 23/09/2024).

**1.4.1.6** As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

## **1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**1.5.1** 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

**1.5.1.1** Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento de serviço de dosimetria em quantidade de no mínimo 20 % (vinte por cento), em relação a quantidade anual de serviços estimados do lote 1 para os Itens 1 (1 unid.), 2 (6.000 unid.), 3 (1.600 unid.), 4 (2.400 unid.), 5 (700 unid.), 6 (700 unid.), 9 (2.000 unid.) e 10 (1.800 unid.).

**1.5.1.2** Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

**1.5.1.3** A empresa arrematante deverá fornecer documento de qualificação de instalação, operação e desempenho do Sistema Automatizado, para atendimento aos requisitos sanitários e legais impostos pelas RDC 978/2025 e RDC 512/2021.

## **1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).**

**1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (o inciso IV, do art. 734, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022).

**1.7.1** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**1.7.1.1** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.





**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 44 de 77)

**1.8** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**1.9** Na hipótese do item 1.8.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**1.10** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**1.11** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



ANEXO III  
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 241 Ano: 2026

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO

Prestador de serviço	
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :
Endereço :	
Bairro:	
CEP:	Cidade: Estado:
Telefone:	Fax: e-mail:
Banco:	Agência: Conta-corrente:

**Constitui objeto desta licitação:** Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual prestação de **serviço de Locação de Equipamento Automatizado para realização de testes sorológicos por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência e Testes para detecção de Anticorpos e Antígenos para Doenças Infecciosas** para atender a demanda da SESA-FUNSAUDE e UEM

		Prestação de Serviço				
Lote 1	Descrição do objeto	QTD.	Unid de medida	Valor unitário mensal de 1 (um) equipamento	Valor unitário máximo (Locação de 1 (um) equipamento para 12 meses)	Valor Anual (R\$) (Locação dos 3 equipamentos por 12 meses)
Item 1	Locação de um sistema automatizado para realização de testes sorológicos por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 0608-93929  CATMAT 14206	3	Equipamento	R\$	R\$	R\$
Item 2	Testes para detecção de anticorpos e antígenos para Hepatites Virais A, B e C por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-23437  CATMAT 378146	48.000	Teste	-----	R\$	R\$
Item 3	Testes para detecção de antígenos e anticorpos relacionados ao vírus da Imunodeficiência Humana Adquirida (HIV-1 e HIV-2) por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência	13.000	Teste	-----	R\$ 16,24	R\$ 211.120,00

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: maio/2025.



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 46 de 77)						
	CÓD. GMS 6607-52636 CATMAT 351672					
Item 4	Testes para detecção de anticorpos IgG e IgM antiToxoplasma gondii por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência CÓD. GMS 6607-52604 CATMAT 378145	22.000	Teste	----	R\$	R\$
Item 5	Testes para determinação da avidéz de anticorpos IgG antiToxoplasma gondii por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência CÓD. GMS 6607-52637 CATMAT 378145	3.500	Teste	----	R\$	R\$
Item 6	Testes para detecção qualitativa de anticorpos anti-Treponema pallidum por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência CÓD. GMS 6607-52638 CATMAT 357268	4.700	Teste	----	R\$	R\$
Item 7	Testes para detecção de anticorpos anti-Trypanosoma cruzi por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência CÓD. GMS 6607-52639 CATMAT 412570	3.000	Teste	----	R\$	R\$
Item 8	Testes para detecção qualitativa simultânea de anticorpos contra o vírus linfotrópicos da célula T humana tipo I e tipo II (anti-HTLV I/II) CÓD. GMS 6607-52640 CATMAT 381955	2.000	Teste	----	R\$	R\$
Item 9	Testes para detecção de anticorpos VCA/IgM, VCA/IgG e EBNA/IgG contra o Epstein Barr vírus por quimioluminescência ou	11.200	Teste	----	R\$	R\$

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: maio/2025.



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 47 de 77)						
	eletroquimioluminescência CÓD. GMS 6607-52606 CATMAT 356311					
Item 10	Testes para detecção de anticorpos IgM e IgG antiCitomegalovírus por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência CÓD. GMS 6607-52607 CATMAT 389756	10.000	Teste	----	R\$	R\$
Item 11	Testes para determinação da avidez de anticorpos IgG antiCitomegalovírus por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência CÓD. GMS 6607-52641 CATMAT 389756	1.000	Teste	----	R\$	R\$
						R\$

2. A validade da proposta é de 120 (cento e vinte) dias.
3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.
4. Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.
5. Quando for o caso, os preços cotados contemplam o custo do fornecimento de materiais inerentes ao serviço e os demais relacionados ao objeto, conforme definido no Termo de Referência.
6. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
7. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: maio/2025.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 48 de 77)

**ANEXO IV**  
**MODELO DE PROCURAÇÃO**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 241/2026, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

\_\_\_\_\_  
OUTORGANTE

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: maio/2025.





**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**  
(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

**1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

**1.1** Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**1.2.** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

**3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

**4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Nome do representante legal



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 50 de 77)

**ANEXO VI**  
**LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ – LACEN**

**Local de Prestação dos Serviços:** Rua Sebastiana Santana Fraga, 1395

CEP: 83.060-500

Cidade: São José dos Pinhais/PR

**Responsável pelo Recebimento:** Setor: Almoxarifado

A/C do Sr. Nelson Carlos Andruzinski

**E-mail:** nelson.carlos@sesa.pr.gov.br

**Telefone:** (41) 3299-3225

**Horário de Funcionamento:** Segunda-feira á sexta-feira 08h00 às 16h00

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM**

**Local de Prestação dos Serviços:** UEM - Universidade Estadual de Maringá – Hortifrutigranjeiros

Endereço: Avenida Colombo, 5790. Zona 7. Maringá/PR, CEP: 87030-121

**Responsável pelo Recebimento:** Laboratório de Ensino e Pesquisa - LEPAC

Fabiana Nabarro Ferraz

**E-mail:** fnferraz@uem.br

**Telefone:** (44) 3011-4221

**Horário de Funcionamento:** Segunda-feira á sexta-feira 8:00 as 16:00 horas

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 241/2026	PROTOCOLO N.º 24.173.958-9
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

COORDENAÇÃO DE GOVERNANÇA EM AQUISIÇÕES CGOV/SESA, localizado Rua Piquiri, nº 170, CEP 80230-140, Curitiba, Paraná, aqui representado por XXXXXXXX, [CARGO], nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 1731/2025, homologado por XXXXXXXX, [CARGO], futura e a eventual Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual contratação de serviço de Locação de Equipamento Automatizado para realização de testes sorológicos por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência e Testes para detecção de Anticorpos e Antígenos para Doenças Infecciosas para atender a demanda da SESA-FUNSAUDE e UEM, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual contratação de serviço de Locação de Equipamento Automatizado para realização de testes sorológicos por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência e Testes para detecção de Anticorpos e Antígenos para Doenças Infecciosas para atender a demanda da SESA-FUNSAUDE e UEM conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.
- 1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.
- 1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.
- 1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto n.º 10.086, de 2022, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DO PARANA -SESA

02 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

**LOTE 01** – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 1	Descrição do Objeto	Exigências Complementares	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
--------	---------------------	---------------------------	-------------------	------------	----------------	-------------



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 52 de 77)

Item 1	Locação de um sistema automatizado para realização de testes sorológicos por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 0608-93929 CATMAT 14206		Equipamento	3	R\$	R\$
Item 2	Testes para detecção de anticorpos e antígenos para Hepatites Virais A, B e C por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-23437 CATMAT 378146		Teste	48.000	R\$	R\$
Item 3	Testes para detecção de antígenos e anticorpos relacionados ao vírus da Imunodeficiência Humana Adquirida (HIV-1 e HIV-2) por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52636 CATMAT 351672		Teste	13.000	R\$	R\$
Item 4	Testes para detecção de anticorpos IgG e IgM antiToxoplasma gondii por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52604 CATMAT 378145		Teste	22.000	R\$	R\$
Item 5	Testes para determinação da avididade de anticorpos IgG antiToxoplasma gondii por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52637 CATMAT 378145		Teste	3.500	R\$	R\$
Item 6	Testes para detecção qualitativa de anticorpos anti-Treponema pallidum por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52638 CATMAT 357268		Teste	4.700	R\$	R\$
Item 7	Testes para detecção de anticorpos anti-Trypanosoma cruzi por quimioluminescência		Teste	3.000	R\$	R\$

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: maio/2025.



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 53 de 77)

	ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52639 CATMAT 412570					
Item 8	Testes para detecção qualitativa simultânea de anticorpos contra o vírus linfotrópicos da célula T humana tipo I e tipo II (anti-HTLV I/II)  CÓD. GMS 6607-52640 CATMAT 381955		Teste	2.000	R\$	R\$
Item 9	Testes para detecção de anticorpos VCA/IgM, VCA/IgG e EBNA/IgG contra o Epstein Barr vírus por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52606 CATMAT 356311		Teste	11.200	R\$	R\$
Item 10	Testes para detecção de anticorpos IgM e IgG antiCitomegalovírus por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52607 CATMAT 389756		Teste	10.000	R\$	R\$
Item 11	Testes para determinação da avidéz de anticorpos IgG antiCitomegalovírus por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52641 CATMAT 389756		Teste	1.000	R\$	R\$

### CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

**3.1** A ata de registro de preços terá vigência de um ano, passível de prorrogação por igual período.

**3.2** O prazo de vigência inicial conta-se a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas.

**3.3** Na prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços pode haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

**3.4** A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem.

**3.5** O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:

**3.5.1** admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;

**3.5.2** a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;

**3.5.3** a prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.





**3.5.4** - havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.

**3.6** O ato de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

**3.6.1** comprovação que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos;

**3.6.2** indicação expressa do termo inicial e final do prazo de prorrogação e do quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.

#### **CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR**

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**5.1** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido ao disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

**5.1.1** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

**5.1.2** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA/IBGE, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado 19/02/2026 e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

**5.1.2.1** O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim de cada período de doze meses.

**5.1.2.2** Se o pedido de reajuste não for protocolado no prazo acima, a vigência do reajuste não poderá retroceder além da data do pleito.

**5.1.2.3** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR E DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS**

**6.1.** O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

**6.1.1.** for liberado;

**6.1.2.** descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

**6.1.3.** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**6.1.4.** sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**6.1.5.** não aceitar o preço revisado pela Administração.

**6.2** No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

**6.3** O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

**6.4** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

**6.5** Do remanejamento de saldo entre órgãos ou entidades participantes da ata de registro de preços

**6.5.1** As quantidades previstas para os itens com preços registrados na presente Ata poderão ser remanejadas entre os órgãos ou entidades participantes, nos termos do art. 307-A do Decreto Estadual nº 10.086/2022.



**6.5.2** O remanejamento será realizado exclusivamente entre órgãos ou entidades participantes, considerando-se participante também o órgão ou entidade gerenciadora que tenha estimado as quantidades que pretende contratar.

**6.5.3** O remanejamento dependerá de :

- I) solicitação formal do órgão ou entidade interessada;
- II) autorização do órgão ou entidade gerenciadora;
- III) anuência prévia da autoridade competente do órgão ou entidade que sofrerá a redução de quantitativos inicialmente informados.

**6.5.4** Caso o remanejamento implique alteração do município de entrega ou execução, o fornecedor beneficiário deverá manifestar, no prazo fixado pela Administração, a aceitação ou recusa do fornecimento, observadas as condições originais da Ata.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1** A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

**7.1.1** pelo decurso do prazo de vigência;

**7.1.2** pelo cancelamento de todos os preços registrados;

**7.1.3** por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

**7.1.4** por razões de interesse público, devidamente justificadas.

**7.2** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO**

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e publicação do resumo no Diário Oficial do Estado.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**9.1** Constituem obrigações do Fornecedor:

**9.1.1** assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

**9.1.2.** responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

**9.1.3.** manter as condições de de habilitação;

**9.1.4.** manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

**10.** Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

**10.1.** tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

**10.2.** emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

**10.3.** verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

**10.4** zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

**10.5** registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema GMS eventuais



irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

**10.6** providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e do órgãos ou entidade demandante, quando couber.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES**

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA**

Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

I - o registro a que se refere o §4º deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no §4º do caput deste artigo, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos deste Regulamento;

II - se houver mais de um licitante na situação de que trata o §4º do caput deste artigo, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

III - a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o §4º do caput deste artigo, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba – Estado do Paraná.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE**

**14.1** A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet [www.comprasparaná.pr.gov.br](http://www.comprasparaná.pr.gov.br).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

O Pregão Eletrônico nº 241/2026 é realizado pelo Pregoeiro(a) Leandro Pereira, designado na Resolução n.º 1275/2025, publicado no DIOE Executivo edição n.º 11951 de 25/07/2025.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

[SERVIDOR RESPONSÁVEL DO  
ÓRGÃO GERENCIADOR]

Leandro Pereira  
Pregoeiro



FORNECEDORES

LOTE/ Item	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		



Anexo da Ata de Registro de Preços  
Cadastro de Reserva

( fornecedores que aceitaram cotar os bens pelos mesmos preços do adjudicatário)

PROCESSO LICITATÓRIO PE 241/2026

PROTOCOLO 24.173.958-9

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	XXXX	
X	R\$ xx,xx	XXXX	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	XXXX	
X	R\$ xx,xx	XXXX	





Anexo da Ata de Registro de Preços  
Cadastro de Reserva

( fornecedores que optarem por manter suas propostas originais, desde que os valores sejam iguais ou inferiores ao orçamento estimado para a contratação)

PROCESSO LICITATÓRIO PE 241/2026

PROTOCOLO 24.173.958-9

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	



ANEXO VIII  
MINUTA PADRÃO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO

CONTRATO NºXXXXXXXX

**CONTRATANTE:** O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão Secretaria de Estado de Saúde do Paraná, com sede no(a) Rua Piquiri, 170, Rebouças, Curitiba/PR, CEP 80230-140, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 08.597.121/0001-74 neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto nº XXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXXX, expedido por XXXXXXXXX.

**CONTRATADO(A):** [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXXX, expedido por XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 241/2026 (protocolo n.º 24.173.958-9) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Prestação de serviço de Locação de Equipamento Automatizado para realização de testes sorológicos por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência e Testes para detecção de Anticorpos e Antígenos para Doenças Infecciosas para atender a demanda da SESA-FUNSAUDE e UEM.

Lote 1	Descrição do objeto	Quantidade	Valor unitário (mensal)	Valor total 12 (doze) meses
Item 1	Locação de um sistema automatizado para realização de testes sorológicos por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 0608-93929 CATMAT 14206	3	R\$	R\$
Item 2	Testes para detecção de anticorpos e antígenos para Hepatites Virais A, B e C por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-23437 CATMAT 378146	48.000	R\$	R\$
Item 3	Testes para detecção de antígenos e anticorpos relacionados ao vírus da Imunodeficiência Humana Adquirida (HIV-1 e HIV-2) por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52636 CATMAT 351672	13.000	R\$	R\$
Item 4	Testes para detecção de anticorpos IgG e IgM antiToxoplasma gondii por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52604 CATMAT 378145	22.000	R\$	R\$



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 61 de 77)				
Item 5	Testes para determinação da avidéz de anticorpos IgG antiToxoplasma gondii por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52637 CATMAT 378145	3.500	R\$	R\$
Item 6	Testes para detecção qualitativa de anticorpos anti-Treponema pallidum por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52638 CATMAT 357268	4.700	R\$	R\$
Item 7	Testes para detecção de anticorpos anti-Trypanosoma cruzi por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52639 CATMAT 412570	3.000	R\$	R\$
Item 8	Testes para detecção qualitativa simultânea de anticorpos contra o vírus linfotrópicos da célula T humana tipo I e tipo II (anti-HTLV I/II)  CÓD. GMS 6607-52640 CATMAT 381955	2.000	R\$	R\$
Item 9	Testes para detecção de anticorpos VCA/IgM, VCA/IgG e EBNA/IgG contra o Epstein Barr vírus por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52606 CATMAT 356311	11.200	R\$	R\$
Item 10	Testes para detecção de anticorpos IgM e IgG antiCitomegalovírus por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52607 CATMAT 389756	10.000	R\$	R\$
Item 11	Testes para determinação da avidéz de anticorpos IgG antiCitomegalovírus por quimioluminescência ou eletroquimioluminescência  CÓD. GMS 6607-52641 CATMAT 389756	1.000	R\$	R\$

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 241/2026, objeto do processo administrativo n.º 24.173.958-9 com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

3.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários mensais previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

3.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: maio/2025.



#### **4 REAJUSTE**

**4.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001, utilizando-se do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**4.1.1** O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

**4.1.1.1** Se o pedido de reajuste não for protocolado no prazo acima, a vigência do reajuste não poderá retroceder além da data do pleito.

**4.1.2** A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

**4.2** O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

**4.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**4.3.1** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**4.3.1.1** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

**4.3.1.2** A contagem de tempo para o reajuste se inicia a partir do orçamento estimado 19/02/2026.

#### **5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**5.1** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**5.2** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**5.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

**5.4** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

#### **6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:**

**6.1** A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

**6.2** O serviço terá início em até 15 dias após a assinatura do Contrato, sendo que o equipamento e os acessórios necessários deverão ser entregues juntos na primeira entrega. A empresa arrematante deverá entregar os insumos em até 15 dias após o pedido durante o contrato.

**6.3** Os serviços serão prestados nos locais, conforme o Anexo VII, na forma, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

**6.4** Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de 5 (cinco) dias.

**6.5** Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**6.6** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**6.6.1** Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado,

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 63 de 77)

reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**6.7** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**6.8** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **7 FONTE DE RECURSOS:**

### **7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:**

**Gestão/Unidade:**

**Fonte de Recursos:**

**Programa de Trabalho:**

**Elemento de Despesa:**

## **8 VIGÊNCIA:**

**8.1** O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses com prorrogação limitada a 60 (sessenta) meses.

## **9 PAGAMENTO:**

**9.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**9.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**9.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**9.3** O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**9.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**9.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.





**9.5** O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**9.6** Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

**9.7** Para a SESA as notas fiscais devem ser emitidas em nome do Fundo Estadual de Saúde, CNPJ:

08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170, Rebouças, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

**9.8** Para as vendas a serem realizadas pela UEM, as notas fiscais devem ser emitidas em nome da Universidade Estadual de Maringá, CNPJ 79.151.312/0001-56 ou pelo Fundo Estadual de Saúde, CNPJ 08.597.121/0001-74, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque. Solicitamos que antes de gerar nota fiscal entrar em contato com o Setor de Compras, pelo telefone (44) 3011-9197

## **10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

**10.1** São obrigações do Contratado para prestação de serviços:

**10.1.1** executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

**10.1.2** reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.1.3** Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

**10.1.4** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.1.5** utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**10.1.6** zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

**10.1.7** apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

**10.1.8** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

**10.1.9** atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

**10.1.10** instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

**10.1.11** instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

**10.1.12** relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**10.1.13** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.1.14** manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação;

**10.1.15** manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



**10.1.16** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

**10.1.17** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**10.1.17.1.** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.17.2** superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

**10.1.17.3** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.17.4** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

**10.1.17.5.** impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

**10.1.17.6.** omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

**10.1.18** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**10.1.19** A empresa arrematante deverá ofertar aos técnicos do Laboratório o treinamento para uso do Sistema Automatizado, o qual devera será realizado in loco, em até 15 dias após a instalação do equipamento, com agendamento prévio com os técnicos do Laboratório e com fornecimento de Declaração de Capacitação individual, constando conteúdo e carga horária, para atendimento aos requisitos sanitários e legais impostos pelas RDC 978/2025 e RDC 512/2021.

**10.1.20** O treinamento dos profissionais no uso do equipamento e sistema de interfaceamento, deverá ser em até 15 (quinze) dias após a instalação do equipamento, com agendamento prévio com os técnicos do Laboratório, com fornecimento de Certificado de Capacitação individual, constando conteúdo e carga horária.

**10.1.20. 1** A empresa deverá fornecer todos os materiais necessários para o treinamento não podendo utilizar a quantidade comprada de kits.

**10.1.21** A empresa deverá fornecer documento de qualificação de instalação, operação e desempenho do equipamento e de qualificação de treinamento individual.

**10.1.22** A empresa deverá informar e fazer cumprir o cronograma de manutenções preventivas e calibrações, com fornecimento de certificados de calibração e boletins de atendimento nas manutenções preventivas e/ou corretivas, qualificando e liberando o equipamento para uso, dentro dos padrões do fabricante.

**10.1.23** A empresa arrematante será responsável pela manutenção corretiva e preventiva do Sistema Automatizado, durante o período de vigência o contrato. Deverá informar e executar o cronograma de manutenções preventivas e calibrações, incluindo fornecimento de peças e serviços, com fornecimento de certificados de calibração e boletins de atendimento nas manutenções preventivas e/ou corretivas, qualificando e liberando o equipamento para uso, dentro dos padrões do fabricante.

**10.1.24** A empresa arrematante deverá atender a chamada para assistência ou manutenção corretiva em até 48 horas. No caso de não conseguir resolver o problema, a empresa deverá instalar ou disponibilizar outro Sistema Automatizado igual e em condições de uso para não acarretar prejuízos ao serviço em, no máximo 15 dias.

**10.1.25** adotar práticas de logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

**10.1.26** apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

**10.2** São obrigações do Contratante:

**10.2.1** receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;



**10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

**10.2.4** comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

**10.2.6** efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

**10.2.7** efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

**10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

## **11 GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

**11.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

**11.1.1** Não se faz necessário, neste caso concreto, pois só há pagamento do serviço efetivamente executado.

## **12 PENALIDADES:**

**12.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

**12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**12.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**12.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no



Decreto n.º 10.086, de 2022.

**12.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

**12.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**12.10** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

### **13 CASOS DE EXTINÇÃO:**

**13.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

**13.2.** Constituem motivo para extinção do contrato:

**13.2.1.** O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

**13.2.2.** O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

**13.2.3.** A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

**13.2.4.** O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**13.2.5.** A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**13.2.6.** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

**13.2.7.** O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

**13.2.8.** O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

**13.2.9.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

**13.2.10.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

**13.2.11.** A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

**13.2.12.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**13.2.13.** A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

**13.2.14.** Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

**13.2.15.** A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

**13.2.16.** A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

**13.2.17.** O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

**13.2.18.** A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

**13.2.19.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

**13.2.20.** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18





(dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

**13.2.21.** A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

**13.2.22.** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

**13.3** O presente instrumento poderá ser extinto:

**13.3.1** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**13.3.2** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**13.3.3** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**13.4** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**13.5** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

**13.6** O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

#### **14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**14.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**14.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

**14.2.1** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**14.2.2** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

**14.2.3** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**14.3** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**14.4.** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

#### **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**15.1.1** Os objetos da contratação não tem complexidade ou características financeiras ou de execução que justifiquem a subcontratação;

**15.1.2** O objeto é pouco expressivo e os materiais são comumente comercializados no mercado;

**15.1.3** Empresas do ramo especializado isoladamente possuem as condições necessárias para executar integralmente o objeto, não havendo necessidade de contratação de terceiros

#### **16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**16.1** O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**16.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

**16.3** Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;





**16.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**16.5** o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

**16.6** o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**16.7** O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**16.8** O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**16.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**16.10** o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**16.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**16.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**16.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**16.14** O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**16.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

**16.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**16.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

## **17 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

**17.1** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

**17.1.1** não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**17.1.2** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**17.2** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**17.3** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 70 de 77)

**17.3.1** definição de situações (indicadores) que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de grau de correspondência de 1 a 5, de acordo com os Indicativos de metas a cumprir, compreendendo descontos de 0,1% a 2,0% do valor mensal contratado.

**17.3.1.1** A notificação quanto à existência de irregularidades na execução no contrato deverá ser por escrito, independente da gravidade da situação ou da reincidência do fato, podendo ser enviada por e-mail, AR, ou ambos. A CONTRATADA deverá acusar o seu recebimento, onde no e-mail estará apontando data e hora do recebimento.

**17.3.1.2** Constatando irregularidade passível de notificação, o Fiscal do Contrato preencherá Termo de Notificação, relatando a ocorrência, seu tipo e nível, grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido e demais dados julgados relevantes para o perfeito entendimento e avaliação da ocorrência;

**17.4** A CONTRATANTE considerará entregue o Termo de Notificação que, voluntariamente, não for recebido pela CONTRATADA, devendo ser, a partir desta ocorrência, o nível da irregularidade elevado ao nível “grave” e, em já sendo “grave”, ao nível “gravíssimo”, ficando a data desta ocorrência como data do efetivo recebimento;

**17.5** Após o recebimento, o preposto da CONTRATADA deverá apresentar as devidas justificativas e tratativas para a(s) ocorrência(s) apontada(s), respeitando a tabela de prazos a seguir:

TIPO	NÍVEL DE GRADUAÇÃO	PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS JUSTIFICATIVAS E TRATATIVAS
1	Levíssima	48 horas
2	Leve	24 horas
3	Média	12 horas
4	Grave	10 horas
5	Gravíssima	08 horas

**17.6** O nível de graduação da irregularidade será classificado pelo Fiscal do Contrato, considerando os efeitos da irregularidade e/ou as consequências/comprometimento dos serviços locais prestados pela Unidade SESA ocasionados pela falha.

**17.7** Os indicadores a serem monitorados mensalmente pelos fiscais e gestores dos contratos são:

Indicador 1	Cumprimento dos prazos estipulados para a execução dos serviços
Prazo	O serviço será prestado em 12(doze) parcelas.  Local: Laboratório Central do Estado do Paraná  Rua: Sebastiana Santana Fraga, 1395  Bairro: Guatupê  Cidade/Estado:São José dos Pinhais-PR  CEP: 83.060-500

	Setor: Almoxarifado Responsável pelo recebimento: Nelson Carlos Andruzinski
Forma de entrega	A empresa arrematante deverá entregar o equipamento em até 15 dias após a assinatura do Contrato e emissão do empenho, sendo que o equipamento e os acessórios necessários deverão ser entregues juntos.



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 71 de 77)

<b>Indicador 2</b>	<b>Avaliar a qualidade do serviço prestado pela empresa CONTRATADA.</b>
Previsão no Contrato:	A CONTRATADA deverá cumprir todos requisitos e especificações técnicas previstas no edital
Forma de entrega	<p>-O equipamento fornecido deverá executar os exames objetos neste Termo de Referência no método solicitado, estar em perfeito estado de funcionamento, deve ser novo ou ter, no máximo, possuir 5 anos da data de fabricação, deve ser um analisador automático com integração de sistemas para total automação, multiparamétrico com uma única célula de leitura de resultados, com capacidade mínima de 170 testes/hora, de acesso randômico, contínuo e imediato e possuir sistema de realização de amostras emergenciais;</p> <p>-Deverá ser colocado 01 (um) equipamento no Lacen/PR - Unidade Guatupê na Seção de Imunologia, com possibilidade de transmissão de dados diretamente à rede cliente-servidor através de "portserver" e computador para armazenamento de dados em memória física, sem custo adicional, com reposição de peças de consumo, assistência técnica e científica gratuita no local;</p> <p>-Deverá ser refrigerado, permitindo que os kits permaneçam na máquina, mesmo sem processar rotina;</p> <p>-As calibrações e recalibrações deverão ser por lote de reagente (kit utilizado). Sendo necessária recalibração periódica, o intervalo entre as calibrações deverá ser superior a 14 dias;</p> <p>-Possuir leitor de código de barras para reagentes e amostras;</p> <p>-Realizar detecção de fibrina, bolhas e volume mínimo de amostras;</p> <p>-Realizar pipetagem automática de reagentes e amostras, 1.2.4.8 Deverá aceitar qualquer diâmetro e tipo de tubo primário e ter como opção a utilização de cubetas com volume de até 0,5 mL, sem que isto interfira na execução do exame, não necessitando transferência da amostra do tubo primário para outro recipiente para análise;</p> <p>-Capacidade de realizar diluições automáticas das amostras, quando necessário;</p> <p>-Capacidade de armazenamento interno de resultados de amostras, controles e calibradores de no mínimo 20.000 resultados;</p> <p>-Possuir <i>software</i> que emita gráficos de controle de qualidade em tela e impressos;</p> <p>-Possuir sistema de inventário de reagentes e acessórios;</p> <p>-Deverá entregar <i>nobreak</i> e estabilizador de linha para o equipamento e computador</p>

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: maio/2025.



de interfaceamento, compatíveis com as necessidades do equipamento para garantir autonomia de, no mínimo 30 minutos.

**Do Interfaceamento:**

-Deverá ser fornecido software para interfaceamento do equipamento com o sistema de cadastro e liberação de laudos como LIS– GAL (Gerenciador de Ambiente Laboratorial), e, no mínimo, 2 leitoras de código de barras que devem ter conexão compatível com o computador ofertado e 1 impressora de códigos de barras, sem custo adicional;

-A instalação do interfaceamento deverá ser efetuada pela empresa vencedora.

-A empresa deverá fornecer o computador servidor de interfaceamento, bem como toda a infra-estrutura necessária;

-O equipamento deverá permitir a comunicação bidirecional com o sistema de interfaceamento;

-A empresa deverá fornecer a documentação do protocolo de comunicação do *Host* com o LIS do equipamento, a instalação e licenciamento do sistema de interfaceamento bidirecional entre o equipamento e o Gerenciador de Ambiente Laboratorial (GAL).

-Fornecimento da manutenção do interfaceamento do equipamento com o sistema de cadastro e liberação de laudos, durante todo o período de vigência do contrato ou até terminarem os estoques de kits;

-Os custos envolvidos no processo de interfaceamento entre o equipamento e LIS (contratação de serviços terceirizados, suporte ao usuário, atualização de softwares ou licenças e manutenção relacionados ao processo de interfaceamento) correrão por conta da empresa arrematante.

**Condições Gerais:**

-No preço dos testes deverão estar incluídos todos os itens para a perfeita execução das análises tais como: acessórios, calibradores, controles, reagentes e soluções necessárias para a execução dos exames, papel para impressão de resultados (se o aparelho não utilizar papel padrão do laboratório), bem como outras soluções para lavagem e conservação do equipamento, mantendo qualidade e precisão no resultado dos exames, conforme padrões do laboratório.

-A empresa deverá apresentar documentação da data de fabricação do equipamento.

-Apresentar Manual na língua original e em português, impresso, a ser entregue junto com o equipamento.

-O treinamento dos profissionais no uso do equipamento e sistema de interfaceamento, deverá ser em até 15 (quinze) dias após a instalação do equipamento, com agendamento prévio com os técnicos, com fornecimento de Declaração de Capacitação individual, constando conteúdo e carga horária.

-Deverá treinar no uso do equipamento e sistema de interfaceamento, durante a





ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 73 de 77)

	<p>vigência do Contrato, novos profissionais que venham a fazer parte da equipe, com prévia comunicação e agendamento.</p> <p>-A empresa deverá fornecer documento de qualificação de instalação, operação e desempenho do equipamento e de qualificação de treinamento individual.</p> <p>-A empresa deverá fornecer todos os materiais necessários para o treinamento não podendo utilizar a quantidade comprada de kits.</p> <p>-Para complementação do número de testes solicitados, não serão aceitos materiais quando o lacre estiver violado ou apresentando quantidade diferente da embalagem original, nem quantidade inferior ao número de testes solicitados.</p> <p>-Deverá prestar assistência técnica e assessoria científica gratuita, quando solicitados, durante toda a vigência do Contrato e enquanto houver estoque dos materiais.</p> <p>-A empresa deverá atender a chamada para assistência em até 48 horas. No caso de não conseguir resolver o problema, a empresa deverá instalar ou possibilitar outro equipamento igual e em condições de uso para não acarretar prejuízos ao serviço em, no máximo 15 dias.</p> <p>-A empresa deverá informar e fazer cumprir o cronograma de manutenções preventivas e calibrações, com fornecimento de certificados de calibração e boletins de atendimento nas manutenções preventivas e/ou corretivas, qualificando e liberando o equipamento para uso, dentro dos padrões do fabricante.</p>
--	--

17.7 A fim de aferir se houve cumprimento dos indicadores, o fiscal utilizará para critério de avaliação e pontuação das tabelas abaixo:

Tabela de ações em caso de ocorrências:

Cumprir as exigências estipuladas nos indicadores e no contrato		Cumprir a Solicitação?		Cumprir a 1ª notificação?	
Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Ok	Fazer contato com a empresa para a execução/regulização imediata	Ok	1ª Notificação por escrito para a execução imediata	Ok	2ª Notificação por escrito para a execução imediata
-	-	-	Pontuar	-	Pontuar

Tabela de Pontuação de ocorrências e Glosa de Nota Fiscal

Item	Descumprimento	Penalidade
1	Não cumprir o prazo acordado de execução dos serviços/entrega do bem (XX dias) ou o prazo acordado com cada fiscal.	Perda de 2 (dois) pontos por ocorrência
2	Utilizar profissional não habilitado / capacitado para executar os serviços contratados.	Perda de 4 (quatro) pontos por ocorrência
3	Não informar/comunicar ao fiscal do contrato no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local dos serviços.	Perda de 2 (dois) pontos por ocorrência
5	Não apresentar os documentos obrigatórios exigidos	Perda de 2 (dois) pontos por

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: maio/2025.





ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 74 de 77)

	no item 12.1 do termo de referência com data de validade vigente mensalmente	ocorrência
6	Deixar de cumprir a legislação aplicável à execução dos serviços contratados	Perda de 3 (dois) pontos por ocorrência
7	Não atendimento de chamados para correções de serviços considerados insatisfatórios pelo Fiscal do Contrato. Devendo o fiscal da CONTRATANTE registrar e fundamentar as justificativas da não aceitação do serviço inicialmente executado, comprovando a falha.	Perda de 3 (três) pontos por ocorrência
9	Atendimento intempestivo de chamados para correções de serviços considerados insatisfatórios pelo Fiscal do Contrato. Devendo o fiscal da CONTRATANTE registrar e fundamentar as justificativas da não aceitação do serviço inicialmente executado, comprovando a falha.	Perda de 2 (dois) pontos por ocorrência
9	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	Perda de 3 (três) pontos por ocorrência
10	Não substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	Perda de 2 (dois) pontos por ocorrência

**17.8** Os pontos de cada penalidade serão aplicados sobre o fechamento da fatura. A fatura terá valor inicial igual a 100, sofrendo deduções dos pontos de forma cumulativa. Conforme forem deduzindo pontos de uma ou mais penalidade, será aplicado desconto sobre a fatura conforme tabela a seguir:

Pontos no fechamento da fatura	Fechamento do valor total do mês a ser faturado
>= 95 pontos	100%
>= 90 pontos e <95 pontos	97%
>=85 pontos e <90 pontos	94%
>= 80 pontos e <85 pontos	91%
>= 75 pontos e <80 pontos	88%
>=70 pontos e <75 pontos	85%
<70 pontos	80%

**17.9** As ações em caso de Reincidência de Glosas serão executadas pelo fiscal conforme planilha abaixo:

1º Glosa	2º Glosa	3º Glosa	4º Glosa
Monitorar com atenção a execução dos próximos serviços	Avaliar a possibilidade de solicitação de instauração de PAAR	Avaliar a possibilidade de solicitação de instauração de PAAR Analisar a possibilidade de rescisão contratual	Solicitar a instauração de PAAR Analisar a possibilidade de rescisão contratual

**17.10** Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA, por meio de Termo de Notificação, para que este tome conhecimento do fato e

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: maio/2025.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Protocolo nº 24.173.958-9 – Pregão Eletrônico nº 241/2026 – Serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra – EDITAL (página 75 de 77)

promova a regularização da(s) ocorrência(s).

**18. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**18.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

**18.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**18.3** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

**18.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 241/2026, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- ( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- ( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

---

Representante Legal



**ANEXO IX**  
**DECLARAÇÃO LGPD.**

XXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**

Documento: **PE\_241\_2026\_SRP\_EDITAL.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Cesar Augusto Neves Luiz** em 28/04/2026 11:59.

Inserido ao protocolo **24.173.958-9** por: **Leandro Pereira** em: 28/04/2026 08:20.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código: